

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ALEXANDRE RAULINO VECCHIETTI

**MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DE SUAS
CARACTERÍSTICAS E RELEVÂNCIA**

Florianópolis, abril de 2006

ALEXANDRE RAULINO VECCHIETTI

**MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DE SUAS
CARACTERÍSTICAS E RELEVÂNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à disciplina – CNM 5420, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. João Marcos de Souza Alves

Florianópolis, abril de 2006

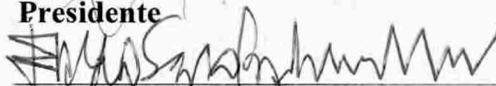
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno ALEXANDRE RAULINO VECCHIETTI, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. João Marcos de Souza Alves.
Departamento de Ciências Econômicas
Presidente



Prof. Eraldo Sérgio Barbosa da Silva
Departamento de Ciências Econômicas
Membro



Prof. Marcos Alves Valente
Departamento de Ciências Econômicas
Membro

Dedico esse trabalho aos meus pais, Eugenio e Eleane, que estão muito orgulhosos por essa minha conquista. Em especial a Karine, por toda força e dedicação, relevantes a conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS por permitir com que eu completasse mais uma etapa em minha vida. Por me ajudar a passar por todas as dificuldades existentes neste mundo.

Por poder correr o risco de esquecer alguns nomes, agradeço a todos os meus grandes e verdadeiros amigos, mas não podendo deixar de agradecer em especial três amigos que me deram muita força, “Luli”, “Japa” e Carlos, esse último morou um tempo comigo.

Agradeço aos meus pais, Eugenio e Eleane por toda força e amor depositados em mim.

Um agradecimento especial ao meu Orientador João Marcos de Souza Alves, por toda paciência e esforço em me ajudar a terminar essa monografia.

Outra pessoa que não poderia deixar de agradecer em muito, é a minha grande amiga especial Estela, que com toda sua força me ensinou muita coisa.

Muitas pessoas podem passar por nossas vidas, mas poucas nos ensinam alguma coisa, agradeço aos meus grandes amigos da Prefeitura Municipal de Florianópolis Miriam e ao grande “professor” Juarez que me ensinaram grandes lições presentes até hoje em minha vida profissional.

Finalmente não poderia deixar de registrar um agradecimento muito especial e terno a minha grande mulher Karine, pelos seus esforços em me ajudar a terminar esse trabalho.

As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado auto-regulamentado.

Karl Polanyi

RESUMO

VECCHIETTI, Alexandre Raulino. **Microcrédito em Santa Catarina:** Uma análise de suas características e relevância. 2006, 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente trabalho objetiva auxiliar a compreensão sobre a questão do microcrédito no Estado de Santa Catarina. Entendendo que esse passa a se tornar uma fonte alternativa de recursos, não só para micro e pequenas empresas formais ou informais, mas para pessoas de baixa renda que de alguma forma não conseguem acesso ao crédito tradicional oferecido por bancos comerciais. O acesso ao crédito muitas vezes torna-se uma condição importante para o futuro dos pequenos empreendimentos, muitas vezes de origem familiar. A não disponibilidade de crédito obriga esses empreendimentos a se autofinanciarem, ou procurarem fontes alternativas de crédito o que por fim acaba por formar um círculo vicioso de endividamento levando ao fechamento do negócio. Estima-se que a grande maioria dos micros e pequenos empreendimentos no Brasil não possuem acesso ao crédito tradicional, surgindo assim à idéia de microcrédito, um crédito diferenciado, criado para atender especialmente esse público excluído do sistema financeiro tradicional (BACEN, 2005). Nesse contexto objetiva-se identificar os agentes do microcrédito em Santa Catarina, revelando dados e características do mesmo na economia catarinense. Metodologicamente este trabalho está baseado na reunião de informações publicadas recentemente, utilizando uma abordagem quantitativa e qualitativa. Quantitativa quanto à coleta de dados estatísticos, e qualitativa referente às entrevistas aos órgãos gestores. Os meios de investigação iniciaram-se com uma pesquisa bibliográfica para retratar o cenário atual do microcrédito no mundo e no Brasil, essa pesquisa se fez com grandes limitações quanto à coleta de dados por se tratar de um assunto recente. Por fim, os resultados revelaram a realidade do microcrédito no Estado, informando os locais que o Estado possui assim como sua magnitude, identificando características e estatísticas reais do setor.

Palavras-Chave: Microcrédito, Micro e Pequena Empresa, Renda.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 01: Principais Instituições de Microcrédito no Brasil.....	49
Quadro 02: Instituições de Microcrédito em Santa Catarina – Dezembro 2005	54
Figura 01: Fontes de Recursos de Microcrédito em SC – Dezembro 2005.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Total de Operações de Microcrédito em Santa Catarina – Dezembro 2005... 56	56
Gráfico 02: Evolução das Operações de Microcrédito SC – 31/01/2004 à 31/12/2005..... 57	57
Gráfico 03: Clientes Ativos nas Agências de Microcrédito de SC – Dezembro 2005..... 58	58
Gráfico 04: Setores Demandantes de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005	60
Gráfico 05: Evolução dos Setores de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2004... 61	61
Gráfico 06: Gênero dos Usuários de Microcrédito em SC – Dezembro 2005	63
Gráfico 07: Utilização dos Empréstimos de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005.. 64	64
Gráfico 08: Inadimplência das Agências de Microcrédito em SC – 30/11/2005..... 65	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Evolução do Desemprego no Brasil (1994 – 2004)	25
Tabela 02: Variação na Taxa do PIB (1994 – 2004).....	30
Tabela 03: Números do Banco Grameen (até dezembro de 1997).....	42
Tabela 04: Lucros e Prejuízos Banco Grameen (em milhões de US\$)	43
Tabela 05: Totais de Aplicações de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005.....	55
Tabela 06: Totais Mensais de Aplicações de Microcrédito em SC – Dezembro 2005	56
Tabela 07: Evolução das Operações de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2005	58
Tabela 08: Empregos Gerados por Algumas Agências de SC – Dezembro 2005	59
Tabela 09: Total de Empregos Gerados pelo Microcrédito em SC – Dezembro 2005	59
Tabela 10: % de Usuários Femininos em Algumas Agências em SC – Em 31/12/2005...	62
Tabela 11: Evolução dos Usuários de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2005 ..	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Lages

BACEN – Banco Central do Brasil

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste Brasileiro

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN – Conselho Monetário Nacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFD – Instituições Financeiras de Desenvolvimento

IMF – Instituição Microfinanceira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MP – Medida Provisória

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

SC – Santa Catarina

SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Câmbio

UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 O Problema e a Justificativa	13
1.2. Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3. Metodologia	17
1.3.1 Caracterização da Pesquisa	17
1.3.2 Limitações da Pesquisa	17
2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL E O DESEMPREGO A PARTIR DE 1992	19
2.1 As necessidades das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD)	19
2.1.1 As Instituições Financeiras de Desenvolvimento no Brasil	21
2.2 O Problema do Desemprego e Exclusão Social no Brasil	25
2.2.1 Políticas Ativas para Combater o Desemprego	27
2.2.2 O Mercado de Trabalho no Brasil (1992-2003)	29
2.2.3 Os Modelos de Microcrédito no Brasil	31
2.2.4 Exclusão Financeira e Inclusão Financeira por Meio do Microcrédito	31
2.2.5 Possibilidades do Microcrédito no Mundo e no Brasil	34
3. MICROCRÉDITO NO MUNDO E NO BRASIL	37
3.1 O Início do Microcrédito no Mundo	37
3.1.2 Do Projeto Grameen até o Independente Banco Grameen	39
3.1.3 O Modelo Grameen para o Mundo	40
3.1.4 Banco Grameen em Dados	41
3.2 Brasil, Sua Experiência com o Microcrédito	43
3.2.1 Regulamentação dos Estabelecimentos de Microcrédito Nacional	45
3.2.2 Principais Características do Microcrédito no Brasil	46
3.2.3 A Demanda de Microcrédito no Brasil	47

3.2.4 Panorama Atual do Setor de Microcrédito no Brasil	49
4. MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA	52
4.1 Aspectos Gerais	52
4.2 Panorama do Microcrédito em Santa Catarina	53
4.2.1 Características das Instituições de Microcrédito em Santa Catarina.....	55
4.2.2 Características dos Usuários de Microcrédito em Santa Catarina.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	73

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Problema e a Justificativa

O número de micro e pequenos empreendimentos no Brasil vêm crescendo nos últimos anos, como podemos constatar através de dados disponíveis nas juntas comerciais e órgãos de fomento. Boa parte desses novos negócios se encontra na informalidade, sendo que a carga tributária e as dificuldades de acesso ao crédito são grandes responsáveis por esse fator de deficiências econômicas¹ que ao longo do tempo prejudicam a sociedade com um todo.

Esses microempreendimentos por falta de acesso ao crédito utilizam parte ou a totalidade de seus lucros para se autofinanciar. De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN, 2005), cerca de 62,7% dos microempreendimentos não conseguem acesso ao crédito e somente 4,8% tem acesso ao crédito, o que revela uma demanda potencial não atendida pelo sistema de crédito tradicional. Esse é um fator preocupante, pois acaba por diminuir o ritmo do crescimento econômico, devido ao fato das empresas que não tem acesso ao financiamento fecharem as portas por falta de recursos para investir em seus negócios.

Conforme estudo elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE, 2005), esses novos negócios na grande maioria de origem familiar criam uma forte demanda por créditos, o que por sua vez gera uma demanda potencial para instituições que estejam dispostas a concederem crédito há esses usuários.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2005), define o crédito tradicional, o crédito geralmente, mas não somente, oferecido pelos bancos comerciais, onde são exigidas garantias reais, como carros, imóveis, avalistas, oferecendo taxas de juros de mercado, sendo que as condições de pagamentos muitas vezes não se adaptam aos microempreendimentos. Essa definição é baseada nas características dos bancos comerciais e instituições de créditos tradicionais.

Como alternativa ao crédito tradicional surge o microcrédito, que de acordo com a observação de Barone (2002), no Brasil existe um mercado projetado com cerca de seis

¹ Deficiência econômica por tratar do fechamento de empresas sejam elas formais ou informais.

milhões de tomadores de microcrédito, sendo que a indústria de microfinanças é menos desenvolvida, com poucas experiências. O Governo Federal junto com Estados e Municípios e contando com o apoio da iniciativa privada, busca medidas para desenvolver essa indústria, fortalecendo o seu crescimento para ampliar o acesso ao crédito, suprimindo a demanda potencial que o país possui.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2005) classifica o microcrédito como empréstimos relativamente pequenos, bem inferiores aos oferecidos por instituições de crédito tradicional para atividades produtivas². Esse financiamento fornece desde capital de giro até investimentos fixos para expansão da unidade produtiva, não se exige garantias reais, o aval pode ser na forma de aval solidário, formando-se um grupo de pessoas onde cada integrante é responsável pelo outro, ou seja, caso um dos integrantes deixe de pagar, todos são prejudicados. As taxas de juros podem ser dependendo do programa, inferiores às praticadas com o crédito tradicional, com uma tendência de se igualarem às taxas oferecidas pelo mercado financeiro. Esse ponto está se tornando uma tendência atual, buscando-se com isso a auto-sustentabilidade. As instituições que oferecem o microcrédito são diferenciadas, devendo-se adequar ao contexto de microfinanças (bancos, financeiras, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), e cooperativas), geralmente em parceria com algum órgão de fomento, e oferecem o microcrédito a pessoas excluídas do crédito tradicional, trabalhando formal ou informalmente na economia.

Conforme Barone (2002), o Brasil encontra-se atrasado no que diz respeito ao microcrédito, devido ao seu passado de instabilidade econômica e altas taxas de inflação existentes no período dos anos 80. O aparecimento das instituições de microfinanças aconteceu após a estabilização econômica em 1994, isso com a ajuda dos governos estaduais e municipais que apoiaram a criação de programas de microcrédito.

O Conselho da Comunidade Solidária, entidade essa que procura desenvolver e articular parceiros que possam contribuir para estimular o desenvolvimento desse crédito alternativo, está se tornando uma estratégia imprescindível para o desenvolvimento social do país. Este modificou três pontos chaves para o desenvolvimento do microcrédito, a

² O microcrédito é oferecido para qualquer tipo de atividade, produtiva ou não produtiva quando se tratar de usuários que destinem seu crédito a atividades diversas. Isso dependerá da agência que será solicitado.

chamada nova lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), que incluiu o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e a sua não sujeição à lei de usura (que limita os juros a 12% ao ano) e a criação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de uma nova entidade jurídica: a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), que regula a participação da iniciativa privada na indústria de microfinanças (Resolução 2874), além de várias medidas importantes para o fomento do microcrédito a nível nacional (BARONE, 2002).

Ainda assim a indústria de microcrédito nacional é frágil. Conforme relatórios do BNDES (2005), as principais dificuldades enfrentadas pela indústria de microfinanças nacional vêm desde a deficiência na gestão³, falta de estratégias de mercado e o principal, a falta de auto-suficiência. O que significa que a indústria nacional de microfinanças tem um longo caminho a percorrer enfrentando seus problemas estruturais como domínio e disseminação de tecnologias microfinanceiras, capacitação de recursos humanos, ferramentas de gestão e sistemas de informação, fortalecendo com isso o desenvolvimento de novos modelos de atuação mais adequados a realidade de cada região do país.

Entidades como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) e o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), além de outras entidades, tentam disseminar e incentivar a cultura do microcrédito a nível nacional, promovendo encontros e cursos para divulgar essa nova tecnologia microfinanceira.

O ano de 2005 foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser o Ano Internacional do Microcrédito, cerca de 50 países, incluindo o Brasil, comprometeram-se em estimular e disseminar o microcrédito. Com isso, o interesse dos órgãos públicos tem crescido para o desenvolvimento do mercado microfinanceiro nacional. Esse interesse está na busca de suprir a crescente demanda de produtos microfinanceiros, dando destaque para o microcrédito, que surge como alternativa ao crédito tradicional, muitas vezes sendo o único recurso dos micros e pequenos empresários.

³ A deficiência na gestão está ligada a má administração das agências de microcrédito. Funcionários mal preparados podem prejudicar o funcionamento correto das agências que ao longo do tempo podem não apresentar receitas para cobrirem seus gastos.

Para explorar o tema microcrédito, nortearmos sua importância em âmbito geral, seu papel no desenvolvimento econômico local, estudando suas dimensões e dados na economia catarinense.

Diante desse contexto formula-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Como está o programa de microcrédito em Santa Catarina? Fazendo uma análise das características e relevância.

1.2. Objetivos

A pergunta feita anteriormente procura responder o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos, respectivamente nos seguintes subitens.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o microcrédito no Estado de Santa Catarina, buscando compreender suas características e relevâncias, como forma alternativa de financiamento.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os agentes propulsores do microcrédito no Estado de Santa Catarina;
- Verificar os modelos das instituições de microcrédito catarinense;
- Verificar os principais setores da economia catarinense que utilizam o microcrédito, e sua importância para o desenvolvimento dos micros e pequenos empreendimentos;
- Analisar as características e funcionalidades das instituições de microcrédito catarinense.

1.3. Metodologia

Esta parte do capítulo descreverá a metodologia utilizada na realização do estudo sobre microcrédito. Quais os métodos serão seguidos para se chegar nos objetivos pretendidos.

1.3.1 Caracterização da Pesquisa

O trabalho aqui desenvolvido buscou conhecer o microcrédito, com ênfase o Estado de Santa Catarina, referente a dados de agências do Estado e de usuários.

Para conhecer melhor o tema, buscou-se uma revisão bibliográfica em livros, dissertações, monografias e periódicos especializados, bem como materiais disponibilizados na internet. Atualmente as instituições e agências de microcrédito disponibilizam seus dados na internet. Essa coleta de informações foi importante para conhecer a história do microcrédito mundialmente e nacionalmente.

Buscando as características das agências do Estado, foi enviado um questionário via e-mail para cada agência. Aplicou-se um questionário aberto com pessoas envolvidas com o microcrédito de instituições como o SEBRAE e BADESC.

O questionário enviado as agências é formado por dezoito perguntas, sendo cinco abertas e treze fechadas, referindo-se as características da instituição e aos usuários.

A pesquisa terá natureza quantitativa e qualitativa. Quantitativa pela coleta de dados e qualitativa devido às informações coletadas através de terceiros, a fim de elucidar a realidade existente quanto ao tema.

1.3.2 Limitações da Pesquisa

A dificuldade de obter informações de literatura, por se tratar de um assunto recente, e estatísticas, por não existirem dados temporais sobre o tema, foram as principais limitações dessa pesquisa. Outra limitação da pesquisa foi à indisponibilidade de informações, pois à maioria das agências de microcrédito no Estado não respondeu o questionário enviado via e-mail.

Portanto, a base de dados utilizada restringiu-se a uma forma total, ou seja, do início do programa até o final de 2005. Não existem séries temporais sobre o microcrédito no Brasil e em Santa Catarina. Limitam-se os dados estatísticos ao Estado de Santa Catarina, onde somente são disponibilizados em uma forma total de dados.

2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL E O DESEMPREGO A PARTIR DE 1992.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: Primeiramente serão apresentados os conceitos referentes a Instituições Financeiras de Desenvolvimento⁴ (IFD), tendo como foco sua importância para a difusão de políticas de desenvolvimento na história econômica nacional. Para essa parte utilizaremos unicamente a literatura de Costa. Na segunda parte, faremos um apanhado do problema do desemprego e exclusão social no Brasil, a partir de 1992, como o microcrédito pode se tornar uma política para combater a exclusão financeira e incentivar a inclusão da população marginalizada pelas instituições tradicionais de crédito. Veremos como anda o mercado de trabalho no Brasil e qual os diferentes modelos de microcrédito a serem seguidos.

2.1 As necessidades das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD)

Com o intuito de promover o desenvolvimento do país, foram criadas as chamadas IFD, cujo papel principal visaria proporcionar e viabilizar medidas que facilitassem o crescimento e desenvolvimento econômico do país, onde é dever do Estado desenvolver estratégias para o desenvolvimento nacional.

Conforme Costa (1994), as IFD são instituições diferenciadas das instituições bancárias (bancos comerciais), pois possuem funções próprias em função dos seus objetivos. São consideradas instituições de fomento, por isso seus objetivos são o de promover e criar uma ampla gama de ativos produtivos.

Segundo Costa (1994), para viabilizar o crescimento econômico do Brasil é necessária uma política de financiamento de longo prazo, de *funding*⁵ e de IFD, sem esses três suportes que se relacionam entre si, não se poderá alcançar o desenvolvimento econômico nacional⁶.

Costa (1994) diz que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) deve ter como alvo, a melhora da eficácia do desempenho dos intermediários financeiros, na captação e aplicação

⁴ Para essa parte do trabalho, utilizou-se a literatura de “Costa” por ser a mais completa.

⁵ Fonte de Recursos.

⁶ Neste trabalho abordaremos apenas as IFD.

dos recursos, a fim de aumentar o incentivo à poupança financeira interna, isso em conjunto as IFD canalizar-se-ia o crédito para os microempreendimentos.

Conforme descreve Costa (1994), as IFD ocupam o espaço deixado de lado pelas outras instituições financeiras que ou não estão interessadas em investir em determinado setor da economia ou não possuem recursos suficientes para efetuar tal investimento, além desses fatores o risco e a incerteza também fazem com que as empresas evitem determinados investimentos, para essas imperfeições a teoria econômica justifica uma intervenção do Estado, com o intuito de promover a estabilidade e eficiência (ou equidade) do sistema econômico, cabe ao Estado a defesa dos interesses coletivos.

No sentido de minimizar essas imperfeições, as IFD têm três funções básicas como descreve Costa (1994): intermediação financeira entre poupadores e investidores, suprimento de parte dos meios de pagamento em circulação, e indução da iniciativa e da capacidade empresarial para o desenvolvimento da atividade produtiva. Dentre essas funções, cabe as IFD o papel de canalização e distribuição eficaz da poupança⁷ em favor do desenvolvimento, onde uma estrutura financeira adequada promove novas oportunidades de investimentos, mas também encoraja a poupança, fornecendo informações e serviços com credibilidade.

Costa (1994) informa que no Brasil as IFD surgiram a partir dos anos 50, em decorrência das políticas de industrialização induzidas pelo Governo Vargas, elas tinham o papel de mobilizar os recursos financeiros direcionando-os para a indústria nascente, expandindo assim a infra-estrutura econômica e social do país. Como exemplo, o que aconteceu com os setores de transportes e energia elétrica, foi necessária a criação de uma instituição financeira especializada em desenvolvimento para dar curso ao processo de industrialização nacional, onde a ampliação desses setores foi imprescindível para o processo de industrialização do país.

De acordo com Costa (1994), economias como a brasileira, não possuem um mercado de capitais desenvolvido, esse se mostra ineficaz na alocação de suas opções de investimentos, sendo necessárias intervenções governamentais para melhorar a eficiência

⁷ A poupança pode ser entendida como a parcela da renda economizada. A poupança realimenta todo o sistema produtivo através dos intermediários financeiros, que conduzem seu fluxo para os agentes que querem investir, mas não possuem recursos. A baixa capacidade de poupança limita o crescimento econômico devido ao baixo fluxo de recursos direcionados aos investimentos produtivos (Neto 2003).

global da economia, devido à má alocação dos recursos pelo mercado financeiro, onde se justifica no sentido de utilizar taxas de juros inferiores às do mercado, visando incentivar investimentos e projetos de retorno social elevado.

O mercado de capitais assume um grande papel no processo de desenvolvimento econômico. Ele é o grande provedor de recursos da economia, em decorrência da ligação estabelecida entre poupadores e investidores, ele supre as necessidades dos agentes econômicos por meio das diversas modalidades de financiamento de médio e longo prazo para capitais de giro ou fixo (NETO, 2003). A disponibilidade de crédito em certas instituições torna-se um fator fundamental para determinar o investimento de empresas que não têm acesso fácil aos mercados de créditos e de capitais (COSTA, 1994). A assimetria de informações eleva os custos de intermediações, sendo os micros e pequenos empreendimentos os mais penalizados. Essa assimetria se dá pelo fato das instituições financeiras não terem a capacidade de monitorarem perfeitamente as empresas que captam os recursos, por isso exigem garantias reais mais altas para cobrirem os riscos e incertezas.

As IFD como descreve Costa (1994), são menos vulneráveis a oscilações nas taxas de juros de curto prazo, mantendo uma estabilidade no fluxo de operações, pois tratam de um instrumento de implementação de planos nacionais e regionais de desenvolvimento sócio econômico. Elas devem atuar na captação da poupança de longo prazo, visando os investimentos em setores sociais (infra-estrutura, rural e de criação de empreendimentos, dando ênfase para micro e pequenos empreendimentos).

Destacando que as IFD se fazem necessárias uma vez que suas funções não são desempenhadas por bancos comerciais ou de investimentos, cabendo ao Estado fazer esse planejamento, essas instituições são essenciais para promover o desenvolvimento de setores menos favorecidos da economia (COSTA, 1994).

2.1.1 As Instituições Financeiras de Desenvolvimento no Brasil

Conforme Costa (1994), a formação econômica do Brasil marca como o ano de 1808, o início da história das instituições financeiras no país. Nessa data foi criado o Banco do Brasil (BB) por D. João VI. A partir da criação do BB, começaram a surgir diversos bancos comerciais privados e estaduais, a Caixa Econômica Federal foi criada em 1861.

Costa (1994), descreve que o BB acumulou ao longo do tempo a função de Autoridade Monetária, dividindo durante 22 anos este espaço com o BACEN que fora criado em 1964, pela lei 4.595, em 1986 o BB deixa de atuar junto ao BACEN.

A demanda por crédito nessa época já vinha crescendo, principalmente na pecuária e no comércio local, tendo em vista a indústria nascente. Mas a partir da Revolução de 30⁸ é que a pressão por crédito aumentou, onde o que tocava a economia na época eram os anseios por desenvolvimento nas áreas de infra-estrutura e industrialização (COSTA, 1994).

Para suprir essa demanda nascente foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que era vinculada ao BACEN, mas trabalhava dentro da estrutura do Banco do Brasil.

Para Costa (1994), o primeiro esboço de IFD foi o Banco de Crédito da Amazônia em 1942, sendo à base da criação em 1966 do Banco da Amazônia (BASA), gestor do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO).

Nessa época o Brasil passava por sérios entraves ao desenvolvimento, como deterioração dos saldos positivos na balança comercial, devido a crescente importação de produtos da indústria pesada e dos aumentos internacionais dos combustíveis. O dilema do Governo Vargas era se os recursos para regularizar a situação econômica deveriam ser estatais ou captados no exterior, onde optou pelas duas alternativas (COSTA, 1994).

Nesse andamento, Costa (1994) descreve que o Governo vê a necessidade de uma instituição financeira especializada em desenvolvimento, criando-se por força da lei 1.628 de 20/06/1952, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

“Com a criação do BNDE, estavam lançadas as bases do segmento do SFN constituído pelas instituições financeiras de desenvolvimento (IFD). Estas, na verdade, só foram institucionalizadas com as Leis 4.380 de 1964 e 4.728 de 1965, responsáveis pela criação, entre outros organismos, dos bancos estaduais de desenvolvimentos. Outros normativos de importância na estruturação dessas instituições foram as Resoluções do Banco Central do Brasil (BACEN) 93 de 1968; 119 de 1969; e 394 de 1976” (COSTA, 1994).

⁸ A Revolução de 30 ficou conhecida como a revolução da burguesia urbana contra a hegemonia cafeeira, que colocou fim a chamada “República Velha”, que tinha na agricultura e principalmente no café a principal atividade econômica. No dia três de novembro de 1930, Vargas através de um golpe militar toma o poder e inicia um novo governo, lutando contra o regionalismo e promovendo o desenvolvimento industrial nacional.

A história das IFD tem três fases, que se comportaram conforme ao período econômico vigente (COSTA, 1994):

- I. Período de crescimento econômico, que foi propiciado pela reforma estrutural de 1964/68 até o ano de 1980. Nesse período completou-se o modelo de substituição de importações com a instalação das indústrias de bens de capital e de insumos básicos, foi o principal momento das IFD, pela farta oferta de recursos para suprir os investimentos demandados.
- II. Período de esgotamento do modelo de substituição de importações, a partir da década de 80. Nesse período ficou visível a limitação do Estado em continuar exercendo o papel desenvolvimentista, de agente propulsor da economia.
- III. Período de ajustes das IFD, que compreendeu parte dos anos 80 e 90, onde ocorreram às fusões, liquidações e incorporações de bancos. Muitas IFD estaduais foram incorporadas por bancos múltiplos de seus estados.

Num movimento que se iniciou nos anos 80 e intensificou-se nos anos 90, muitas IFD estaduais foram incorporadas por bancos múltiplos de seus Estados. Poucas IFD mantiveram-se independentes, citando como exemplo de instituição independente o BADESC. Os três Estados do sul do país mantiveram sua IFD interestadual, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (COSTA, 1994).

As IFD são formadas atualmente de organismos das seguintes naturezas.

- Instituições financeiras federais de desenvolvimento de atuação nacional;
- Instituições financeiras federais de desenvolvimento de atuação regional;
- Instituições financeiras interestaduais de desenvolvimento;
- Instituições financeiras estaduais de desenvolvimento na forma de banco múltiplo com carteira especializada;

Segundo Costa (1994), esse conjunto de organismos está diretamente vinculado a dois tipos de instituições não financeiras:

- Instituição Federal de Desenvolvimento Tecnológico, (Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) criado em 1965), órgão público;

- Instituição Nacional de Desenvolvimento Empresarial (SEBRAE, criado em 1972), órgão privado.

As regulamentações das IFD permitem que as mesmas atuem nas modalidades de empréstimos, participação societária transitória e prestação de garantias. O empréstimo é a principal operação das IFD, por isso são tratadas como bancos de fomento, aplicando recursos de médio e longo prazo em setores demandantes da economia.

Suas principais fontes de recursos são captadas através de repasses internos e externos, contribuições do setor público e empréstimos contraídos no país e no exterior (COSTA, 1994).

Atualmente instituições como BADESC, BNDES⁹ e SEBRAE atuam como ferramentas propulsoras de políticas destinadas ao desenvolvimento econômico do país. Além de fornecerem capacitação e orientação, são fontes de financiamentos para os micros e pequenos empreendimentos (não só esses), seja do setor formal ou informal da economia, esse público atendido geralmente são excluídos do sistema financeiro tradicional, por muitas vezes estarem na informalidade ou por não se adequarem às formalidades exigidas. Para instituições tradicionais (exemplo: bancos múltiplos), o risco de fornecer crédito aos micros e pequenos empreendimentos se tornam muito elevado, elevando com isso o custo do crédito, afastando assim os micros e pequenos empresários do sistema financeiro tradicional.

Sem um programa de apoio, a população excluída do sistema financeiro tradicional acaba sem alternativa de obtenção de recursos para financiarem seus gastos, muitos negócios fecham as portas, aumentando o desemprego e a exclusão social no país.

As IFD tiveram um grande papel na formação econômica nacional, de início seus esforços foram voltados para o avanço da indústria nascente nacional. Hoje seus esforços voltam-se para o micro e pequeno empreendimento, instituições como o BADESC em Santa Catarina, lançam esforços em prol do desenvolvimento econômico local, abrindo oportunidades de acesso ao crédito para pessoas ou empresas que não o conseguem de

⁹ A instituição inicialmente se chamava Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), mudando mais tarde para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

forma tradicional, ou seja, através de um banco comercial. O SEBRAE atua a nível nacional com políticas de capacitação e fomento para micro e pequenos empresários.

2.2 O Problema do Desemprego e Exclusão Social no Brasil

Atualmente no Brasil verifica-se uma elevação da taxa de desemprego, que em 1994 era de 5,1% passando para 11,5% em 2004, conforme tabela 01. Essa taxa mais que dobrou nesses dez anos que se passaram, dificultando com isso não só a população jovem que luta pelo primeiro emprego, mas dificulta também a recolocação de pessoas que já se encontram no mercado de trabalho.

Tabela 01: Evolução do Desemprego no Brasil (1994 – 2004)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de Desemprego	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6	7,1	6,2	7,1	12,3*	11,5

Fonte: SEBRAE (2005)

*elevação da taxa de desemprego em decorrência da alteração da metodologia do IBGE

Salm (2005) descreve que em decorrência do quadro de semi-estagnação¹⁰ econômica que persiste no Brasil a mais de vinte anos, o desemprego se mantém no topo das preocupações da população brasileira, onde as políticas de emprego parecem estar longe de solucionar o problema.

A questão do emprego segue duas linhas da economia, a linha dos liberais que visam o poder de auto-regulação do mercado para restabelecer o ajuste entre oferta e demanda de trabalho e a linha keynesiana que vê o dinamismo da economia como principal problema.

Para Salm (2005), a abertura do mercado financeiro nacional tem demonstrado que a busca pelo pleno emprego é posta de lado, sendo que em uma economia dependente de influxos de capitais externos como a economia brasileira, o controle da expansão da dívida pública através de elevado superávit fiscal primário se torna objetivo prioritário da política econômica. *“Assegurar para os credores externos um quadro de controle de gastos tem*

¹⁰ O autor utiliza-se desse termo para descrever o baixo crescimento econômico do Brasil nos últimos 20 anos.

exigido para o país uma política fiscal e monetária contracionista, independente do nível de emprego que a economia se encontre” (SALM, 2005).

A regulamentação da nossa economia passa a estar submetida aos humores e a volatilidade do sistema financeiro internacional. Essa limitação da política econômica faz com que a corrente desenvolvimentista nacional perca espaço, expandindo a corrente ortodoxa convencional, dominada pela visão neoliberal, onde qualquer desvio é tido como o princípio do caos econômico, mantendo-se assim uma elevada taxa de juros como instrumento de inibição e volta da inflação (SALM, 2005).

A economia brasileira é defrontada por diversas correntes, as de maior expressão são as correntes desenvolvimentistas e a neoliberal. De acordo com Bielschowsky (1988), o pensamento desenvolvimentista diz que é impossível para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico sem industrialização, sendo a favor das empresas estatais, principalmente as indústrias de base, e defende o planejamento econômico e a participação do Estado no processo produtivo. A corrente neoliberal afirma que o crescimento econômico só pode ser obtido com bases em uma economia estabilizada, devendo aumentar a produtividade das empresas e não conduzir políticas expansionistas, o combate à inflação é um fator primordial, o que contrapõe a corrente desenvolvimentista que tolera uma inflação moderada. O Estado deve interferir o mínimo na economia, interferindo somente para corrigir imperfeições de mercado, mas primando sempre pelo controle dos gastos públicos.

Salm (2005) aponta que isso tem como resultado um estado de semi-estagnação, onde o país tem apenas curtos períodos de crescimento econômico, que são incapazes de elevar o nível de investimento que chegue a montantes que dêem sustentação a geração de emprego. O desemprego é tido como um fenômeno causado por restrições macroeconômicas que impede a aceleração do crescimento.

Esse aumento das taxas de desemprego agrava a exclusão social, levando não mais a uma busca pelo emprego formal ao invés do informal, as dificuldades na obtenção de qualquer tipo de emprego podem estar envolvidas na precariedade das condições atuais de trabalho, seja do ponto de vista jurídico, fiscal e principalmente em decorrência dos baixos salários. O sentimento de exclusão social se dá também pela ótica do consumo. O atrativo do consumo hoje não está somente ligado a comida, vestuário, saúde e habitação,

incorporam outros bens e serviços como o lazer ou uma roupa de marca. O desemprego afasta as pessoas desse novo padrão de consumo, fazendo florescer um sentimento de exclusão social.

2.2.1 Políticas Ativas para Combater o Desemprego

O baixo crescimento econômico do país tem agravado o desemprego e a exclusão social. Tentando minimizar esses problemas foram desenvolvidas políticas de combate ao desemprego, visando uma maior relação entre empresas e trabalhadores através de instituições que visam a melhoria do mercado de trabalho. Essas políticas podem além de ajudar os trabalhadores a se re-alocarem no mercado de trabalho, como também capacitá-los, direcionando-os para as atividades empresárias existentes na região.

São descritas como políticas ativas de emprego aquelas que visam melhorar o funcionamento do mercado de trabalho. Temos como exemplos de políticas ativas as agências públicas de empregos, que além de auxiliar o trabalhador a encontrar um emprego, promovem cursos profissionalizantes, capacitando e qualificando o trabalhador para se alocarem no mercado de trabalho (SALM, 2005).

Políticas de acesso ao crédito para capital produtivo apresentam falhas de mercado, afastando boa parte dos micros e pequenos empresários de instituições financeiras tradicionais, o principal problema está na exigência de garantias reais aos pequenos tomadores (SALM, 2005). Esse não acesso ao crédito faz com que muitos micros e pequenos empreendimentos deixem de existir, aprofundando o quadro de desemprego e baixa renda da população. Em uma pesquisa feita pelo SEBRAE, avaliou-se que a principal razão para o encerramento das atividades das empresas brasileiras era a falta de capital de giro. Visando uma melhora no acesso ao crédito por esse público excluído do sistema financeiro tradicional, políticas de acesso ao crédito estão sendo criadas, o microcrédito está sendo amplamente difundido, o que se torna uma alternativa de acesso ao crédito para aqueles que não conseguem crédito no sistema financeiro tradicional.

Conforme Salm (2005), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi criado para trabalhadores do setor formal de empregos, ou seja, os que possuem carteira ou alguma forma legal de emprego, mas em decorrência do volume de recursos tornou-se uma

importante fonte para as políticas de créditos, visando em um patamar maior às políticas de emprego.

A composição do FAT tem como principal receita as contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), onde por lei, 40% das contribuições do PIS-PASEP, o FAT repassa automaticamente para BNDES. Os depósitos do FAT representam uma importante fonte para a ampliação do crédito bancário aos pequenos negócios, principalmente os informais.

O acesso aos serviços públicos de boa qualidade reduz os custos dos micros e pequenos empresários, onde sua simples existência já é um custo, já que em uma economia familiar a força de trabalho não é um custo variável e sim um custo fixo, ou seja, o custo de subsistência, de transporte, de aquisição de sua documentação (SALM, 2005).

Conforme Gelinski (2005), um exemplo de política ativa de emprego referente ao acesso ao crédito é o chamado Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que foi lançado em 1994 como ferramenta de combate ao desemprego. Sua criação visava facilitar o acesso ao crédito para grupos excluídos do sistema tradicional de crédito, como o setor informal e os microempresários, que além dos recursos, recebiam capacitação para gerenciar os seus negócios. Com exceção do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), a disponibilidade dos recursos, ou seja, as exigências feitas pelas instituições para se conceder um financiamento, não haviam sido alteradas. Nessas instituições mantinham-se ainda as antigas formas de avaliações, onde os tomadores deveriam se adequar às exigências tradicionais de garantias dos bancos, fazendo com que os empréstimos se destinassem a empreendimentos de médio porte.

O BNDES lançou em 1996, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), onde busca operacionalizar as microfinanças e o microcrédito, criando uma rede de instituições de microcrédito.

Todos esses esforços serviram para ampliar o sistema atual de crédito, ou seja, para diminuição da exclusão financeira, visando uma política de combate ao desemprego no Brasil. Tornando o acesso ao crédito não mais um problema para a população de baixa renda.

2.2.2 O Mercado de Trabalho no Brasil (1992-2003)

O mercado de trabalho brasileiro passou por importantes transformações no período de 1992-2002, em decorrência da abertura comercial da economia (SABOIA, 2005).

Saboia (2005), tem como fonte de dados a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PME revela o quadro nos principais centros urbanos, mas deixa de fora as regiões urbanas do interior do país. A taxa de participação se mostrou declinante no período 1992-2002, onde houve uma redução da População Economicamente Ativa (PEA) sobre o mercado de trabalho, observando um aumento da escolaridade da PEA, talvez em decorrência da redução dos jovens entre 15 e 17 anos do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro tem uma capacidade limitada de criar bons empregos. O baixo nível do salário mínimo e a má distribuição de renda fazem com que os trabalhadores tenham rendimentos baixos, onde se verificou uma redução do nível de rendimentos com a implantação do Plano Real, a queda atingiu 13% entre 1998 e 2002.

A indústria é tida como o setor que tem os melhores rendimentos, além da administração pública. No setor de serviços, comércio, construção civil e atividades agrícolas são observados os menores rendimentos. Saboia (2005) menciona que a principal mudança observada foi à queda na ocupação na indústria e o aumento do setor de serviços, ou seja, houve uma substituição dos setores, reduzindo os postos onde o salário é maior e aumentando os postos de empregos nos setores com salários menores, demonstrando com isso a incapacidade da economia brasileira em gerar bons empregos.

No Brasil entre 1992-2005, registrou-se uma queda de 8,7% no emprego com carteira assinada, em contrapartida tivemos uma elevação do emprego sem carteira assinada e do trabalho por conta própria, representando uma elevação de 8% no mesmo período, apontando para uma deterioração do mercado de trabalho representada pelo não cumprimento das leis trabalhistas (SABOIA, 2005).

Em 2003 houve muita expectativa referente ao novo governo, que se mostraram frustradas frente à mesma política recessiva do governo anterior. O recuo de Produto Interno Bruto (PIB) teve fortes reflexos sobre o mercado de trabalho no país.

Saboia (2005) aponta, que para os novos dados da PME em 2003, onde houve um crescimento da PEA e da taxa de participação, aumentando a pressão de oferta sobre o mercado de trabalho, o desemprego aumentou em decorrência do aumento da PEA e do baixo crescimento do PIB, a renda média teve forte declínio, o número de empregos sem carteira assinada e de trabalhadores autônomos aumentou, junto com o número de subempregos que são representados pelos trabalhadores de baixa remuneração que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que desejam trabalhar mais.

Tabela 02: Variação na Taxa do PIB (1994 – 2004)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de Variação do PIB	5,85	4,22	2,66	3,27	0,13	0,79	4,36	1,31	1,93	0,54	4,94

Fonte: SEBRAE (2005)

*valor ajustado em função de revisão realizada pelo IBGE em junho/2005

Esse quadro negativo em 2003 se deu pelas expectativas da população, que esperavam um aumento no nível de empregos e em decorrência disso voltaram a procurar empregos forçando a oferta de mão-de-obra, mas se defrontaram com a falta de crescimento econômico inviabilizando a criação de novas oportunidades, de novos empregos (SABOIA, 2005).

O Ministério da Fazenda traçou objetivos para uma política de inclusão social e geração de renda através do microcrédito, dentro de seus objetivos está o de facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre a população de baixa renda e micro e pequenos empreendimentos, formais e informais, visando à geração de emprego e renda. Fará isso com a ampliação dos agentes financeiros locais, que atuam diretamente com a população de baixa renda, disponibilizando serviços financeiros adequados a cada região atendida. Um outro passo é aumentar as fontes de financiamento para o crédito popular e produtivo, reduzindo também os critérios referentes às garantias exigidas.

O Governo quer se tornar um agente estratégico nas políticas e ações de inclusão social e econômica da população, quer reduzir os custos de intermediação de recursos públicos na execução de programas de crédito.

2.2.3 Os Modelos de Microcrédito no Brasil

Hoje no Brasil o termo microcrédito é utilizado para designar uma variedade de empréstimos, com características distintas que os diferem dos empréstimos tradicionais feitos em bancos comerciais. Resumidamente são caracterizados pelos baixos valores, direcionados a um público restrito geralmente excluído pelas instituições de crédito tradicionais.

Hermann (2005) distingue dois modelos de microcrédito existente hoje no Brasil.

1. O denominado modelo “original”, é tido como a experiência mais conhecida do microcrédito a nível mundial, idealizada por um professor de economia de Bangladesh chamado Yunus, no qual esse modelo é tido como instrumento de combate à pobreza, por meio da geração de emprego e renda para a população pobre.
2. O modelo “empresarial”, que se caracteriza por ser um instrumento de financiamento voltado para o apoio financeiro e gerencial de pequenos negócios já estabelecidos.

No final da década de 1990, o microcrédito passou a ser objeto de políticas públicas para incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. Em 1999, o BACEN formulou uma legislação própria para essas atividades.

2.2.4 Exclusão Financeira e Inclusão Financeira por Meio do Microcrédito

Numa economia de mercado como a nossa, a busca por lucro leva a formação de expectativas quanto à produção de bens e serviços. Essas expectativas só poderão ser confirmadas *ex-post*, ou seja, após a colocação da produção no mercado, onde se saberá realmente o montante de lucro ou prejuízo da firma. Essas expectativas levam consigo o chamado “risco”, que tem como possibilidade o fracasso ou o sucesso, isso faz com que surja um desestímulo a ampliação da produção ou a manutenção do nível corrente de atividade (HERMANN, 2005).

Hermann (2005) afirma que, o mercado de crédito não foge a essa regra, fazendo com que a análise de risco seja um fator decisivo para o seu nível de atividade, ele que determinará a quantidade de crédito ofertado e o seu preço (taxas de juros). Esses critérios são tomados por existir o perigo de seleção adversa, onde as firmas se diferem, e por isso um determinado valor de crédito para uma firma pode não ter a mesma eficácia para outra firma, fazendo com que os custos de monitoramento e retorno de crédito sejam diferentes para as mesmas.

As operações de crédito são por si só uma relação de confiança, onde o crédito cedido se torna direitos sobre uma renda futura. Além disso, o lucro depende do custo de captação de recursos, custos operacionais e administrativos, assim como acompanhamento e cobrança das dívidas em aberto.

Para minimizarem esses custos, como descreve Hermann (2005), as instituições financeiras criaram estratégias para se defenderem, essas estratégias de defesa condicionam a oferta de crédito. Algumas estratégias são, a análise dos fluxos de caixa e balanço patrimonial da empresa, embutir nos juros uma taxa de risco para operações consideradas arriscadas, a fixação de um teto para as taxas de juros (sempre que a taxa de risco embutida nos juros passar esse teto o crédito poderá ser racionado) e a exigência de garantias reais (no caso de inadimplência a instituição recupera parcialmente a perda).

Hermann (2005) diz, que esse modelo de conduta das instituições financeiras torna o crédito inacessível, para micros e pequenos empresários, principalmente do setor informal da economia. Para setores informais da economia onde não existe um fluxo de caixa ou qualquer controle que seja, faz com que o risco estimado seja alto, elevando com isso a taxa de juros necessária para cobri-lo.

Para Hermann (2005), a exclusão financeira para a população de baixa renda é um aspecto ou uma característica do modelo tradicional de crédito, onde esse mercado é tido como um mercado incompleto, que opera com demanda reprimida, onde essa falha é que inspirou as experiências de microcrédito que visam completar o mercado.

O processo de inclusão financeira tem como premissa básica à concessão de crédito para a população de baixa renda, seja no modelo “original”, seja no modelo “empresarial”, no qual é destinado a pequenos e médios empreendimentos.

É importante considerar que o microcrédito se torna uma política ativa de geração de emprego e renda somente no modelo original, no modelo empresarial ele é tido como uma política passiva de financiamento, uma espécie de incentivo ao empreendedorismo (HERMANN, 2005).

Em ambos os modelos, os princípios básicos são os mesmos, mas as grandes inovações em relação à metodologia tradicional de concessão de crédito são em primeiro lugar a extinção do procedimento padrão de análise da capacidade de pagamento do tomador com base nos seus dados contábeis, onde essa nova análise é feita em sua moradia ou local de trabalho, tendo como base suas informações gerais de condição de vida de trabalho, a abstenção da apresentação de garantias reais para a concessão de crédito onde em seu lugar foi criado o “aval solidário¹¹” e por fim a criação de uma relação solidária entre devedor e instituição credora (HERMANN, 2005).

O conceito solidário é parte integrante das relações no que diz respeito ao microcrédito para a população de baixa renda. Encaixa-se no conceito de economia solidária, atividades de produção como microempresas, pequenas oficinas, atividades individuais e domésticas, entre outras (BARCELOS, 2005). A relação de colaboração e cooperação está sempre presente nas relações entre os agentes, onde o individual nunca pode passar sobre o coletivo. Devido à crescente exclusão social que obriga aos indivíduos a buscarem formas alternativas de obtenção de emprego e renda (BARCELOS, 2005).

Hermann (2005) enfatiza, que apesar de aparentemente os critérios serem poucos rigorosos para a concessão de crédito, isso não prejudica a sustentabilidade financeira das instituições de microcrédito, garantido pela forma alternativa de metodologia adotada. Seguindo o modelo original de Yunus (2001), o comprometimento moral exigido do devedor e principalmente o comprometimento junto aos demais membros do grupo solidário, faz com que o risco moral e o risco de crédito sejam reduzidos, sendo demonstrado pelo baixo índice de inadimplência das instituições de microcrédito no mundo, que fica em torno de 2 a 5%.

¹¹ Consiste na formação de grupos, geralmente de três a cinco pessoas, em que cada um é ao mesmo tempo tomador do crédito e avalista dos demais, (BARONE, 2001).

2.2.5 Possibilidades do Microcrédito no Mundo e no Brasil

A palavra microcrédito tem vários significados hoje em dia, que muitas vezes se distanciam do que propõe o modelo original desenvolvido por Yunus. Em seu modelo, Yunus (2001) faz do microcrédito um instrumento de combate à pobreza e geração de renda para uma população não atendida pelo setor formal de crédito, levando-as a exclusão financeira. Hermann (2005) enfatiza que no Brasil grande parte das experiências atuais nessa área faz do microcrédito um instrumento de financiamento para microempresas, seja do setor formal ou informal.

O que distingue principalmente esses modelos é o público alvo, onde as conseqüências acarretadas pelo microcrédito como efeitos econômicos e sociais são diferentes. No modelo original, o principal foco são os indivíduos com dificuldades de geração de renda mínima, seu objetivo é garantir a sua sobrevivência e a geração de renda, não somente o aumento da atividade econômica.

No modelo empresarial, os alvos são os pequenos produtores já existentes no mercado, fazendo do microcrédito não uma forma de sobrevivência, mas uma possibilidade de expansão de seus negócios. Onde o microcrédito tem como foco a demanda reprimida do mercado tradicional de crédito, modelo este que está chamando a atenção das instituições financeiras tradicionais e não o modelo original, seus interesses estão ligados à captação de novos clientes para expansão de suas receitas, seja por meio da concessão de microcrédito, seja pela cobrança de tarifas, sendo bem provável que o público alvo do modelo original não atraia interesse nenhum dessas instituições (HERMANN, 2005).

A princípio o modelo mais eficaz na geração de emprego e renda é o modelo original, especialmente por alcançar crescimento econômico com inclusão social, sendo isso objetivo de políticas públicas. Para Hermann (2005), o modelo original se torna mais eficaz, pois tem uma maior capacidade de geração de emprego e renda, onde seu público alvo muitas vezes não exerce uma ocupação remunerada, levando a um maior impacto, como política de inclusão social, devido ao fato que cada pessoa atendida passa da condição de desocupada, para uma condição de ocupação com alguma renda proveniente. Em decorrência de seu foco, seu público tem um menor nível de renda em relação ao modelo empresarial, fazendo com que sua propensão a consumir seja maior, gerando

impactos sobre as vendas das empresas, em geral elevando a demanda agregada por bens e serviços, estimulando o aumento da produção e do emprego, propiciando indiretamente os não usuários do microcrédito.

Conforme relatório da ONU, o modelo original tem dificuldades frente ao modelo empresarial, que consegue ameniza-las, essas dificuldades estão na identificação do público alvo, que significa distinguir junto à população de baixa renda aqueles mais pobres, onde esses seriam realmente o foco desse modelo (muitas vezes se torna realmente difícil de se fazer, pois não existem dados demográficos sobre essa população). Um outro ponto de dificuldade está na experiência de gerenciamento de negócios, sendo que para o tomador é necessário um apoio técnico para elaborar e executar um projeto econômico devido a sua baixa experiência em relação ao seu negócio. Esses problemas ocorrem com menos frequência no modelo empresarial.

Torna-se complicado a avaliação de qualquer modelo como instrumento de combate à pobreza e geração de emprego e renda, pois são raros os indicadores e os que existem em geral são sobre o desempenho das instituições de microcrédito. O que se pode observar é a baixa inadimplência, inferior aos níveis dos empréstimos bancários tradicionais, que revela que os empreendimentos financiados pelo microcrédito em geral são bem sucedidos, sendo o contrário o índice de inadimplência bem maior.

A qualidade do emprego gerado diretamente é outro ponto relevante na avaliação da eficácia do microcrédito como instrumento de combate à pobreza e geração de emprego e renda. Os empregos gerados diretamente são em geral inferiores aos empregos gerados indiretamente. O microcrédito estimula qualquer tipo de ocupação, seja precária ou não, precária no ponto de vista dos direitos trabalhistas. Ele é tido como um importante instrumento de inclusão social, mas esta longe de ser uma solução isolada para o problema do desemprego (HERMANN, 2005).

Uma política duradoura de microcrédito depende diretamente da sustentabilidade financeira de instituição, fazendo da adimplência um fator preponderante para a boa saúde da instituição, junto de uma boa gestão dos grupos solidários.

Sem um conjunto de políticas favoráveis, a sustentabilidade se torna difícil. A política monetária determinará o custo do crédito, pois as instituições de microcrédito muitas vezes captam recursos no mercado financeiro, se a política monetária apontar para

juros elevados, o custo do crédito se tornará caro podendo estimular a inadimplência, interrompendo o ciclo virtuoso de inclusão financeira, conforme Hermann (2005).

São necessárias políticas monetárias e fiscais adequadas ao crescimento econômico e social para estimular a propagação do microcrédito como política de combate à pobreza e geração de renda e emprego.

3. MICROCRÉDITO NO MUNDO E NO BRASIL

Existem no mundo várias experiências de microcrédito, neste capítulo apresentaremos a mais conhecida experiência de microcrédito a nível mundial, que surgiu da idéia de um professor de economia para ajudar a economia local de seu país e que hoje essa idéia está sendo difundida pelo mundo todo. Veremos também o microcrédito no Brasil, sua história e características.

3.1 O Início do Microcrédito no Mundo

A experiência de microcrédito mais conhecida mundialmente surgiu da idéia de um professor de economia Muhammad Yunus, de Bangladesh. Seus estudos sobre microcrédito surgiram a partir do ano de 1974, onde nesse ano Bangladesh passou por uma terrível fome, que assolou grande parte da população (YUNUS, 2001).

“Era impossível não ver esses famintos, impossível ignorar a sua existência. Eles estavam em toda a parte, esguios, muito calmos. Não gritavam nenhum slogan. Nada esperavam de nós. Estendidos na entrada de nossa casa, não nos condenavam por estarmos bem alimentados, a salvo da necessidade” (YUNUS, 2001)

O professor de economia se deparou com a perfeição da teoria econômica e a imperfeição do mundo real. *“Assim, onde estava a teoria econômica que dava conta de sua vida real? Como continuar a contar histórias de faz-de-conta a meus alunos em nome da economia?”* (YUNUS, 2001).

Assim o professor decidiu usar a aldeia de Jobra, em Bangladesh, como ponto de partida para seus estudos, para que ele pudesse compreender a vida real de uma pessoa pobre. Não com a intenção de salvar muitas pessoas, mas com a intenção de salvar as pessoas que ele conseguisse alcançar (YUNUS, 2001).

Na aldeia de Jobra, verificou-se que quase todos os cidadãos produziam alguma forma de artesanato para sobreviver, ao analisar a forma de obtenção dos recursos utilizados na compra das matérias primas, verificou-se por Yunus (2001), que esses recursos eram pegos emprestados de intermediários em troca de que suas produções fossem

todas vendidas a eles, onde as margens de lucro dos produtores eram irrisórias. Outra forma de empréstimos era com os agiotas, que cobravam juros muito elevado.

De acordo com Yunus (2001), nem sempre esses empréstimos existentes eram direcionados a produção. Outras ocasiões como casamentos, pagamentos de advogados e etc, mas quase sempre eram destinados para sobrevivência. Em todos os casos analisados o financiado não consegue pagar totalmente o empréstimo, tendo que recorrer a outros empréstimos para quitar suas dívidas, transformando-se num círculo vicioso.

Ao se deparar com a realidade local, onde em seu curso de economia lecionado em sua universidade falavam-se em milhões de dólares, e ali em sua frente às pessoas precisavam para sobreviver de pouco mais que alguns dólares, para que deixassem de serem usurpados pelos intermediários e agiotas, o professor decidiu relacionar todos da aldeia que tomavam empréstimos. Ao fazer essa relação, observou-se que 42 pessoas tomavam emprestado o equivalente a 27 dólares (YUNUS, 2001).

Conforme Yunus (2001), não existia nenhuma instituição financeira capaz de oferecer crédito aos pobres, sendo que esse mercado fora tomado por agiotas, que só faziam piorar a pobreza local.

O professor decidiu emprestar o dinheiro as 42 pessoas de sua lista, para que essas pagassem seus empréstimos e vendessem seus produtos a preços, que lhes parecessem conveniente, sem nenhum intermediário, obtendo com isso o verdadeiro valor de sua produção. O pagamento seria nesse primeiro momento, quando eles pudessem pagar, sem juros. Com o passar do tempo o professor se deu conta que isso era uma solução pessoal, e necessitava-se de uma solução institucional (YUNUS, 2001).

“Então resolvi entrar em contato com o gerente de um banco local para lhe pedir que emprestasse dinheiro aos pobres. Tudo o que eu tinha de fazer era conseguir que uma instituição concedesse empréstimos a essas pessoas deserdadas. Aparentemente uma coisa muito simples” (YUNUS, 2001).

De início os bancos da região rejeitaram a idéia de emprestar dinheiro aos pobres, pelo fato deles não possuírem garantias ou fiadores. Na ausência de um estabelecimento encarregado de atender as necessidades dos pobres, o mercado de crédito é tomado por agiotas que emprestavam dinheiro àqueles que não tinham garantias, mas em compensação usurpavam a parte financiada através da cobrança de juros abusivos (YUNUS 2001).

Partindo desse princípio, ou seja, da necessidade de se criar uma instituição que fornecesse crédito às pessoas desprovidas de bens e que necessitassem de poucos dólares para seguirem com seus negócios, o professor deu início ao projeto Grameen (que significa Aldeia) em 1976, onde foi dado um novo passo nas vidas dessas pessoas excluídas do sistema de crédito tradicional, essas pessoas através do microcrédito conseguiram aumentar seu poder de renda, melhorando com isso seus níveis de vida (YUNUS, 2001).

3.1.2 Do Projeto Grameen até o Independente Banco Grameen

Inicialmente o projeto Grameen era administrado por sete bancos de Bangladesh, sendo que seu grupo de colaboradores e formas de operação era independente das instituições bancárias que davam apoio ao fornecimento de crédito, Yunus (2001). O passo final para que se passasse de um projeto para uma instituição legal foi penosa, a decisão dos banqueiros eram unânimes, eles achavam desastroso que o Grameen se tornasse uma instituição independente.

De acordo com Yunus (2001), isso só se tornou possível com o apoio do Estado, que aceitou o projeto desde que ficasse estipulada uma participação de capital de 60% em poder do estado e de 40% em poder dos financiados (é importante lembrar que os financiados faziam parte da constituição do banco).

De início a idéia de um banco estatal não foi bem aceita pelo professor, mas após refletir com seus colaboradores, viu que isso já era um grande passo, desde seu passo inicial, com a ajuda feita através do empréstimo de 27 dólares para 42 famílias até o presente momento.

De acordo com Yunus (2001), o projeto só seria aceito pelo Estado nessas condições, de outra maneira não sairia do papel, ele contava com o apoio do ministro de Finanças, que dizia para que primeiramente o banco deveria ser estabelecido, após isso se poderia voltar ao Ministério das Finanças para alterar a composição do capital, invertendo as posições. Era importante a participação governamental, pois ela daria crédito ao banco, onde facilitaria a captação de recursos frente às outras instituições financeiras.

Em 2 de outubro de 1983 o projeto Grameen se transformou definitivamente em Banco Grameen. Para a plena independência do banco era necessária a alteração na

composição do capital acionário, como foi dito pelo então Ministro das Finanças, infelizmente ocorreram alguns percalços, como o pedido de demissão do então ministro A. M. A Muhith, que saiu do cargo antes de cumprir o prometido. Foi enviado um projeto solicitando a alteração da composição do capital, que seria de 75% para os financiados e 25% para o Estado, dividido entre dois bancos públicos (YUNUS, 2001).

O projeto foi rejeitado até a última instância pelo Secretário de Finanças, que justificava que o governo não poderia abrir mão do controle do banco, pois se a alteração fosse aceita ele perderia o controle sobre a decisão de escolha do Diretor Administrativo. A discussão chegou até o secretário da presidência, que se mostrou interessado em ajudar a independência do banco, organizando uma reunião, onde estava presente o Vice-Presidente e o Presidente do Banco Central, o Ministro de Finanças e o Ministro do Planejamento, que mantiveram votos favoráveis a alteração da composição acionária, com exceção do Ministro de Finanças (YUNUS, 2001).

Por fim, o projeto foi levado para a Câmara onde foi aprovado, tendo com isso ocorrido a alteração pretendida na composição do capital, sendo que agora o Diretor Administrativo não mais poderia ser escolhido pelo governo e teria que ser escolhido sim pelo Conselho de Administração do banco, onde o diretor poderia lutar pelos interesses dos acionistas e não os interesses do governo (YUNUS, 2001).

3.1.3 O Modelo Grameen para o Mundo

Conforme Yunus (2001), o modelo desenvolvido pelo Grameen pode ser facilmente transposto para qualquer região do mundo, basta adotar as características essenciais do modelo, contando com inovação prática e mudanças. Como por exemplo, o Gramenn de Bangladesh conta com dezesseis resoluções, onde elas variam de acordo com a região onde a instituição trabalha, adotando as características de cada região junto com a filosofia do Grameen, o modelo pode ser adequado a qualquer região do globo, seguindo princípios como atender inicialmente os 25% mais pobres da população local.

De acordo com Yunus (2001), primeiramente tem que se ter em mente que o índice de pagamento deve ser em torno de 100%, essa característica revela o diferencial do Grameen, que acredita não no reembolso do dinheiro emprestado, mas sim na disciplina.

Para entender a filosofia do Grameen, são realizados programas e treinamentos para dar uma visão da filosofia da instituição aos que querem adota-la.

Até 1997, programas de crédito do tipo Grameen estão presentes em 58 países espalhados em todos os continentes. Na América está presente nos países como Canadá, Estados Unidos, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, entre outros países (YUNUS, 2001).

Na América Latina existem grandes números de empreendimentos de microcrédito, nem todos com a mesma filosofia do Grameen de atender os mais pobres, mas todos lutando para abrirem novos caminhos e constituírem importante força para os microempresários. Em 1997 foi estabelecido em Washington, Estados Unidos, um programa para reprodução do Grameen voltada para a população mais carente da América Latina (YUNUS, 2001).

A difusão do microcrédito iniciada pelo Grameen transformou para sempre a atividade bancária, mesmo que o Grameen deixe de existir, o conceito introduzido por ele se perpetuará independente de sua existência (YUNUS, 2001).

3.1.4 Banco Grameen em Dados

Conforme dados disponíveis por Yunus (2001), o banco Grameen ultrapassou a marca em dezembro de 1997 dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados, cerca de dezoito anos depois do início de sua jornada, com os 27 dólares concedidos a 42 pessoas.

Verificasse na tabela 03, que a grande maioria dos clientes do banco Grameen são mulheres, isso se dá em decorrência da política adotada pelo banco, que tem preferência em oferecer empréstimos para mulheres, que conforme suas normas, elas são mais fáceis de serem encontradas pelos agentes de crédito, em decorrência de estarem sempre em casa, facilitando o contato com o banco.

Com disciplina, transparência e exequibilidade financeira o Grameen atingiu os dados apresentados na tabela 03.

Tabela 03: Números do Banco Grameen (até dezembro de 1997)

1. Números de aldeias onde o Grameen atua	37.937
2. Números de Centros do Grameen	64.701
3. Número de Membros do Grameen	
Mulheres	2.148.844
Homens	123.659
Total	2.272.503
4. Casas próprias adquiridas com empréstimos do Grameen	360.160
5. Número de agências	1.105
6. Número de Funcionários	12.628

Fonte: Yunus (2001).

O banco contava com ajudas financeiras externas de crédito, conforme descreve Yunus (2001), de várias organizações espalhadas pelo mundo. Desde 1995, o Grameen não buscou mais esses tipos de ajuda, onde essas doações e empréstimos, mas favoráveis continuaram somente até 1998, quando se extinguiram os contratos firmados durante os anos de 1996 e 1997. Isso demonstrou que o Grameen passou a contar mais com seus próprios recursos e com empréstimos feitos a taxas de mercado.

O banco Grameen ganha 20% de juros nos empréstimos de um ano e 8% em empréstimos de dez anos, esses mais longos são para financiarem moradia. Para prevenir a inadimplência, o banco mantém uma reserva de 100% para todo e qualquer empréstimo, com exceção dos empréstimos para moradia que ultrapassarem dois anos da data de sua concessão, e 20% para todo e qualquer empréstimo, com exceção de empréstimos para moradia que ultrapassarem um ano da data de sua concessão. E desde o início mantém uma reserva de 5% para todos os empréstimos de moradia. O banco opera acima do ponto de equilíbrio, mesmo com o aumento geral dos gastos ele sempre se manteve lucrativo, conforme descrição de Yunus (2001).

É importante lembrar que o Grameen apesar de ter como público alvo pessoas de baixa renda, não pratica caridade, foi necessária a criação de mecanismos para que o banco criasse auto-sustentabilidade, como por exemplo, a forma de empréstimos dos grupos solidários, que são formados por cinco pessoas. Inicialmente o grupo começa com duas pessoas, assim que estas pagarem os próximos dois recebem, quando esses pagarem o último recebe. Ainda assim, só se concede empréstimos com a formação de uma poupança

compulsória no valor de 5% do empréstimo, para caso necessite cobrir eventuais problemas de pagamento do grupo.

Tabela 04: Lucros e Prejuízos Banco Grameen (em milhões de US\$)

	Ano			
	1993	1994	1995	1996
Renda Total	33,13	59,47	57,10	57,86
Operação de Empréstimo	26,39	41,16	49,39	43,89
Juros sobre depósitos fixos	4,14	6,55	4,91	10,60
Outras Rendas	2,60	2,76	2,80	3,28
Gastos totais	32,89	49,91	56,72	57,39
Despesas com juros	9,68	19,80	21,13	20,22
Despesas administrativas e outras	23,21	30,11	35,59	37,17
Lucros	0,24	0,55	0,38	0,47

Fonte: Yunus (2001)

A tabela 04 demonstra os lucros e prejuízos do banco Grameem no período de 1993 a 1996, em todo esse período o banco conseguiu se manter positivo, o que contrariou todos os opositores a formação do banco, que tem como público alvo à população de baixa renda. É importante lembrar que o banco Grameem é hoje uma instituição reconhecida como um banco, que depende de seus resultados para sobreviver, e como outro banco qualquer tem lucros e prejuízos, só difere-se na forma de atendimento e atuação.

3.2 Brasil, sua Experiência com o Microcrédito

O cenário atual do Brasil apresenta grandes desafios sociais a serem superados, tais como: uma má distribuição de renda, um índice de indigência e pobreza que em 1999 passava dos 14% da população, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em divergência a esses dados, a Fundação Getúlio Vargas apresenta um índice em torno de 30% da população, os critérios adotados é baseado na renda, que para se

enquadrar como indigência e pobreza tem que ser menor que o valor de uma cesta básica (MACHADO, 2001).

De acordo com Machado (2001), para ajudar essa parte da população o setor de microfinanças esta se destacando atualmente, mas seu desenvolvimento vem de longo prazo desde o início dos anos 1950, através de programas de subsídios de créditos rurais para os pobres, no entanto esses programas apresentaram problemas estruturais não obtendo sucesso.

A primeira experiência de sucesso nacional ocorreu em 1973, na cidade de Recife, onde pela primeira vez uma Instituição de Microfinanças utilizou taxas de juros que cobriam o custo do crédito, fator determinante para a sobrevivência e crescimento da instituição. A partir de 1980, se deu o grande passo para as Instituições de Microfinanças, onde essas poderiam prestar serviços em larga escala de forma lucrativa, adotando alguns princípios, como um melhor gerenciamento na forma de conceder os empréstimos, fazendo-os de forma orientada, reconhecendo as condições e necessidades de seus usuários, reduzindo os custos dos processos de análise de aprovação do crédito, e criando formas de não incentivar a inadimplência (MACHADO, 2001).

Conforme Barone (2002), o microcrédito é visto como a parte mais importante das Instituições de Microfinanças, que vêm a ser com os princípios da mesma, ou seja, crédito de forma orientada.

Como dito anteriormente, a primeira experiência nacional com o microcrédito foi em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, onde foi desenvolvido por iniciativa de uma ONG, denominada Acción International (na época chamada de Aitec), o programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). Esse programa era especializado em microcrédito e na capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, onde os recursos iniciais vinham de doações internacionais, mas tarde incrementadas por outras linhas de crédito. O programa produzia pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito, esse trabalho resultou no desenvolvimento de grupos que se formavam para constituírem associações, grupos de compras e etc. Formou durante sua existência, profissionais especializados em crédito para o setor informal, sendo um dos principais programas de microcrédito da América Latina (BARONE, 2002).

3.2.1 Regulamentação dos Estabelecimentos de Microcrédito Nacional

As atividades de microcrédito existem no país desde 1973, mas o ano de 1999 marcou o início de grandes mudanças para o setor, primeiramente as ONG que já atuavam nesse setor puderam a partir da Lei 9.790/1999 atuarem como OSCIP, regulamentados por duas medidas provisórias (MP), MP n. ° 1.914 (atual 2.172-32 de 23 de agosto de 2001), que trata de estipulações usuárias em contratos e a MP n. ° 1.894, convergida na Lei 10.194 de fevereiro de 2001, criando as SCM regulamentadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.671/1999, hoje revogadas pela Resolução 2.874 de 26 de junho de 2001 (BACEN, 2005).

Com a criação das OSCIP e SCM, foi dado um grande passo para o desenvolvimento do setor microfinanceiro nacional, essas atividades eram exercidas muitas vezes através de ONG que contavam com ajudas governamentais, privadas e internacionais. Com a classificação das modalidades de instituições microfinanceiras no país, fez com que o setor ficasse mais claro e deixasse de ser visto como algo que tinha o rótulo de assistencialismo, pelo fato que muitas vezes as linhas de créditos serem subsidiadas, prejudicando a auto-sustentabilidade da instituição.

Conforme BACEN (2005), hoje no Brasil são permitidas as seguintes modalidades de instituições:

- a) Sem fins lucrativos: pessoas jurídicas de direito privado (ONG), com restrições aos juros praticados (máximo de 12%^{aa}), OSCIP devidamente registradas no Ministério da Justiça, não sujeitas a restrições quanto a estipulações usuárias, ou seja, taxas de juros livres.
- b) Com objetivo de lucro: SCM autorizadas pelo BACEN, por intermédio de qualquer instituição financeira que trabalhe com oferta de crédito junto ao público.

Existem também os chamados “bancos de segunda linha”, como por exemplo, o BNDES, que vêm atuando com o objetivo de desenvolver e fortalecer a indústria de microfinanças no Brasil. Entidades como SEBRAE, Caixa Econômica e BADESC estão atuando de forma indireta ou direta na oferta de recursos e outros serviços de apoio ao microcrédito (BACEN 2005).

3.2.2 Principais Características do Microcrédito no Brasil

Os diferenciais do microcrédito para os outros tipos de crédito são suas características básicas. Sua metodologia propicia um controle e acompanhamento do crédito financiado. As características fundamentais do microcrédito conforme Barone (2002) são:

- ✓ Crédito Produtivo: É destinado ao pequeno produtor de baixa renda, seja ele formal ou informal. Esse crédito tem como fins algo produtivo e não se destina ou financiamento de consumo.
- ✓ Ausência de Garantias Reais: Diferente do crédito tradicional ofertado por bancos tradicionais, o microcrédito não exige garantias reais, como imóveis, veículos e etc, as garantias são obtidas de duas maneiras. A primeira é o chamado aval solidário, consiste na formação de um grupo de três a cinco pessoas, com pequenos negócios e necessidade de crédito, onde o objetivo da formação desse Grupo Solidário é que cada integrante seja responsável por cada integrante. A formação desse grupo não tem nenhuma interferência de quem está oferecendo o crédito. A outra opção é a apresentação de um avalista, desde que se enquadre nos critérios da instituição financiadora.
- ✓ Crédito Orientado: A grande parte dos usuários de microcrédito vem do setor informal da economia, tendo como características o baixo valor das transações e a ausência de garantias reais. Esse público quase sempre tem o receio de endividar-se ou achar que não está apto para a obtenção de crédito. Devido a essas características, o Agente de Crédito torna-se peça fundamental das instituições de microcrédito, é ele quem faz o contato com o possível tomador de empréstimo, criando o elo entre as instituições e o tomador. Diferentemente das instituições tradicionais de crédito, o Agente de Crédito participa de todo o processo de financiamento, não só da obtenção do crédito, mas também do destino do crédito, criando uma relação entre instituições e tomador de crédito.
- ✓ Crédito adequado ao ciclo de negócios: Existem algumas características comuns às operações de microcrédito, como empréstimos de valores pequenos (a média das

instituições brasileiras é algo em torno de R\$ 1000,00), prazos para pagamentos geralmente são curtos (no máximo pagamentos mensais), e empréstimos com valores crescentes, ou seja, aumento dos valores de acordo com a capacidade de pagamento até o limite estabelecido.

- ✓ Baixo custo de transação e elevado custo operacional: O baixo custo de transação significa uma maior proximidade com o cliente, geralmente as instituições de microcrédito deve ser próxima do local de trabalho do cliente, o mínimo de burocracia e agilidade no fornecimento do crédito. Esses fatores para o financiado são fundamentais e para que as instituições financeiras de microcrédito possam atender esses fatores, elas arcam com custos operacionais elevados, devido à busca de uma eficiência administrativa. Para que essas instituições sejam auto-sustentáveis, a cobrança de taxas de juros nem sempre são baixas, pelo menos até obterem economias de escala que possam cobrir os custos operacionais.
- ✓ Impacto Social: O acesso continuado ao crédito pelo pequeno empreendedor faz pelo menos num primeiro momento com que o mesmo eleve a sua renda familiar. Esse aumento de renda muitas vezes resulta na volta de um filho para a escola, na construção e ampliação de sua residência, e principalmente na melhoria da qualidade de vida de sua família.

O conjunto dessas características é que faz do microcrédito algo novo, algo que não existe nas instituições de créditos tradicionais. Esse novo modelo está criando oportunidade para a população de baixa renda, para micros e pequenos empresários, formais ou informais, que vêem no microcrédito uma forma de obtenção de recursos para dar continuidade ou iniciarem seus próprios negócios.

3.2.3 A Demanda de Microcrédito no Brasil

Segundo Mezzera (2002), o país passa por uma mudança na estrutura do emprego, onde cresce o número de trabalhadores por conta própria. Esses trabalhadores criam oportunidades de geração de renda que caracterizam pela falta de capital, essa escassez de

capital reflete numa baixa produtividade, obtenção de rendimentos ínfimos e o não acesso ao crédito bancário tradicional.

Mezzera (2002) diz, que o microcrédito está entre os usos mais produtivos do capital, onde não se observa um *trade-off*¹² entre crescimento e distribuição. Fundamenta assim a necessidade de que o número de microcrédito cresça até que se atenda o montante necessário para atender a demanda crescente de microempreendedores.

Para se estimar a demanda de microcrédito no país, foram utilizados dados domiciliares, onde foram somados os números de trabalhadores por conta própria e os números dos empregadores com até cinco trabalhadores.

Em 1999, o IBGE demonstrou que o número de trabalhadores por conta própria era de 11,8 milhões e os pequenos empresários chegavam a 2,1 milhões, onde cerca de 70% do total era composto por homens, principalmente entre o grupo dos empregadores (MEZZERA, 2002).

A pesquisa constatou que 70% dos trabalhadores com renda de até cinco mil reais, sejam eles pequenos empresários ou trabalhadores por conta própria, não tinham acesso ao crédito tradicional, 95% dos trabalhadores com renda inferior a três mil reais também não tinham acesso a esse tipo de crédito e praticamente a totalidade dos trabalhadores com renda menor que mil reais, eram excluídos do sistema de crédito tradicional (MEZZERA, 2002).

Esses dados revelam uma demanda potencial de 13,7 milhões de clientes para um programa brasileiro de microcrédito. Essa demanda potencial deve ser reduzida para se chegar a uma estimativa da demanda potencial efetiva, ou seja, à parte da demanda que de fato terá condições de tornar-se cliente efetivo do sistema de microcrédito (MEZZERA, 2002).

A determinação da demanda potencial efetiva se daria supondo que a probabilidade de uma solicitação de crédito a ser rejeitada pelo sistema de microcrédito seria uma função inversa do nível de renda do empresário demandante. Foi considerada uma estimativa de rejeição de 75% para rendas mensais de até duzentos reais, e que a mesma cairia até chegar a 30% no nível de renda mensal de mais de mil e quinhentos reais (MEZZERA, 2002).

¹² O autor utiliza-se desse termo para ilustrar que, a partir do momento em que o usuário obtém o crédito é quase que imediato o seu uso, não existindo um intervalo significativo entre obtenção de recursos e utilização.

Através dessa hipótese, se chegaria a aproximadamente 5,8 milhões de clientes efetivos, que demandariam perto de 11,3 bilhões de reais. Desses clientes, 4,6 milhões seriam trabalhadores por conta própria e 1,2 milhões seriam de micro e pequenos empresários (MEZZERA, 2002).

3.2.4 Panorama Atual do Setor de Microcrédito no Brasil

Inicialmente as primeiras experiências de microcrédito no Brasil foram constituídas por diversas ONG, mas precisamente a partir da década de 80, somente após a estabilização dos preços de 1994 é que o segmento ganha força. A partir de 1999, observou-se uma redução do número de ONG, verificando uma mudança na forma jurídica das instituições de microcrédito, que começaram a existir nas formas de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SMC).

O modelo de atuação que predomina no Brasil é o chamado modelo empresarial, conforme Hermann (2005), sempre focalizando suas atenções para as micros e pequenas empresas, informais ou não.

Abaixo apresentamos um quadro sobre as principais instituições de microcrédito em atividade no Brasil.

Quadro 01: Principais Instituições de Microcrédito no Brasil

Instituições	Natureza Jurídica	Início de Operações
Portosol	OSCIP	1987
Banco do Povo de Goiás	Agência do Governo	Nd ^b
CEAPE ^a (MA)	OSCIP	1989
CEAPE (RN)	OSCIP	1990
CEAPE (SE)	OSCIP	1991
CEAPE (PE)	OSCIP	1992
CEAPE (RS)	OSCIP	1992
BNDES	Banco Federal	1997/ 2000
BNB	Banco Federal	1998
Banco do Povo São Paulo	Agência do Governo	1998
Visão Mundial	ONG	Nd
CCRIE (PR)	Nd	2000

RioCréd (RJ)	ONG	Nd
CEF	Banco Federal	2003
Banco do Brasil	Banco Federal	2004

Fonte: Hermann (2005), adaptado pelo autor.

^a Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra. ^b Não disponível.

Barone (2002) aponta para a juventude das instituições de microcrédito do Brasil, com exceção da rede CEAPE que tem mais de 15 anos de existência.

O setor de microcrédito nacional é bem menos desenvolvido que em outros países da América Latina, a taxa de penetração do microcrédito no Brasil que é medida pela relação total de clientes atendidos e a demanda estimada é na ordem de 2%, contra 27% no Chile, 30% no Peru, 36% no Paraguai e pouco mais de 10% na Bolívia. Outros indicadores também apontam para esse baixo desenvolvimento, o retorno sobre ativos totais nas instituições de microcrédito brasileira fica na média de 4,3%, enquanto que em outros países mais desenvolvidos chega a 8,2%, a inadimplência também é mais alta no Brasil, ficando em 7,8% da carteira das instituições de microcrédito, sendo 4,6% em outras instituições latino-americanas (HERMANN, 2005).

O Governo editou em junho de 2003 a medida provisória (MP) n. ° 122 (25/06/2003) visando estimular o setor de microcrédito nacional. A MP criou um programa federal de microcrédito supervisionado pelo CMN, onde as instituições financeiras como bancos comerciais, múltiplos e cooperativas de crédito, destinam 2% de seus depósitos à vista para operações de microcrédito, a taxa de juros seria de até 2% ao mês com prazos dos empréstimos de no mínimo 120 dias e empréstimos de até R\$500,00 para pessoas físicas e R\$1000,00 para pessoas jurídicas.

O mercado de microcrédito como qualquer mercado de crédito depende das economias de escala, quanto maior for o nível de operações menores serão os custos totais das atividades. No Brasil, o setor é prejudicado pelo baixo retorno devido à baixa escala de operações, essa baixa escala contribui para o elevado custo do microcrédito e para a baixa rentabilidade, desestimulando assim a expansão da atividade (HERMANN, 2005).

Hermann (2005), aponta para uma elevada taxa de inadimplência, que pode estar ligada ao baixo número de clientes atendidos, informando a necessidade de economias de escalas, onde quanto maior os níveis de operações de microcrédito, menores serão seus custos de atividade. Essa elevada taxa de inadimplência pode ser considerada, do ponto de

vista de experiências internacionais, atípica para o setor, mas pode ser explicada pelas características da economia brasileira, como por exemplo, altas taxas de juros e baixo crescimento do PIB. Hoje existem poucas instituições que praticam taxas de juros subsidiadas para empréstimos de microcrédito, geralmente ofertam taxas de mercado para suas operações, o que por sua vez, torna o preço do microcrédito caro, apesar das condições em que ele é oferecido. Essa elevada taxa de juros inibi o crescimento da demanda por microcrédito, fazendo com que as instituições não possam tirar proveito das economias de escala, fator esse redutor de custos.

Comparativamente a taxa de inadimplência do Brasil, é mais elevada que em outros países, mesmo assim esse é um setor que está atraindo a atenção de instituições de créditos tradicionais, que entram nesse segmento operando como SCM. Diferentemente das ONG e OSCIP, as SCM tem fins lucrativos e como as OSCIP estão isentas da lei da usura.

Conforme Barone (2002), é essencial para o Brasil que as instituições de microcrédito alcancem ganhos de escalas adequados à redução de custos e eficiência na prestação dos serviços, que se obtém utilizando a tecnologia microfinanceira¹³. Torna-se essencial à ampliação continuada da oferta permanente de microcrédito, junto a uma alta produtividade e a uma baixa inadimplência, que representam o desafio maior para o segmento no país, que tem como resultados positivos uma melhora do nível de renda da população de baixa renda assim como uma elevação do nível de ativos dos microempreendimentos nacionais.

¹³ Foram desenvolvidos métodos específicos para o setor microfinanceiro. Instituições como o SEBRAE e BNDES, oferecem cursos de capacitação gerencial para Instituições Microfinanceiras.

4. MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA

O microcrédito em Santa Catarina conta com um programa específico para sua difusão pelo Estado, neste capítulo veremos esse programa que é coordenado totalmente pelo BADESC. Além de seus aspectos gerais, panorama atual e características.

4.1 Aspectos Gerais

Santa Catarina localiza-se ao sul do Brasil, entre os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com uma área representada em 95,4 mil Km².

Desde o período de sua colonização, Santa Catarina se difere do resto do país, pois seu povoamento não teve apenas o sentido econômico, sua colonização deu-se em decorrência de dois problemas a serem enfrentados pela coroa Portuguesa, primeiro o excesso de população em Açores e o segundo a necessidade de povoamento das terras pertencentes a Portugal no Brasil (SACHET, 2001).

Sachet (2001), descreve que no início de sua colonização, Santa Catarina teve como características principais à pequena propriedade rural, a micro e a pequena empresa e o trabalho como elemento básico para o progresso. Hoje o Estado tem como ponto de apoio um conjunto de indústrias diversificadas, como a indústria de cerâmica, indústria têxtil, agroindústria, metal-mecânica, entre outras. Essa diversificação movimentou cerca de 15 mil pequenas, médias e grandes empresas, com mais de 300 mil trabalhadores.

Observa-se um movimento dos trabalhadores saindo da zona rural e indo para a zona urbana, multiplicando as pessoas que vivem nas periferias e a margem da sociedade, onde sobrevivem através de empreendimentos familiares, resultantes do desemprego provocado pelo enxugamento dos postos de trabalho (SACHET, 2001).

Sachet (2001), observa que a tecnologia e a informatização afastam os trabalhadores das oportunidades de trabalho, um dos caminhos propostos é a introdução do microcrédito, dissociado do sistema bancário tradicional, onde conforme já vimos, trata-se de pequenos empréstimos destinados às pessoas ou empresas excluídas pelo sistema de crédito tradicional, ou que não possuem capacidade plena de obterem empréstimos em bancos comerciais.

A filosofia do microcrédito para Sachet (2001) é de que ele seja atribuído a pessoas que tenham capacidade de realizar alguma coisa, passando para pessoas que obtêm o microcrédito o seu caráter de confiança.

4.2 Panorama do Microcrédito em Santa Catarina

Em outubro de 1998, o Governo do Estado lança a proposta de instituir o programa “Crédito de Confiança”, com a intenção de lançar uma base sólida de desenvolvimento e ampliação dos programas de microcrédito no Estado. Esse programa inicialmente iria contar com a operacionalização através de ONG, estruturadas com o apoio do Governo do Estado.

O BADESC foi incumbido de estruturar esse programa, encaminhando em 8 de fevereiro de 1999 o projeto ao Governo do Estado, esse projeto hoje abrange 19 instituições de microcrédito espalhadas por todo o Estado.

Santa Catarina já contava com duas instituições de microcrédito, a Blusol em Blumenau e o Banco da Mulher (hoje Banco da Família) em Lages.

A Blusol foi criada por iniciativa da Prefeitura Municipal de Blumenau, onde a mesma inicialmente repassava recursos a instituição, esses recursos eram no valor de um milhão de reais, com o funcionamento da instituição, a mesma conseguiu recursos do BNDES de valor igual (SACHET, 2001).

Em Lages quem tomou a iniciativa da formação de uma instituição de microcrédito partiu da Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil), tendo como suporte o SEBRAE. O Banco da Mulher, como era chamado, começou com um aporte de capital de cinco mil reais emprestados pelo SEBRAE, sua base de capital inicial veio da área privada e de doações, a iniciativa privada alocou cento e vinte mil reais e a Prefeitura Municipal de Lages mais vinte mil reais (SACHET, 2001).

Atualmente Santa Catarina conta principalmente com 19 instituições de microcrédito conforme quadro 02.

Podemos ver através do quadro 02, que as instituições de microcrédito catarinense são muito jovens, a agência de microcrédito que tem o maior tempo de existência é o Banco

da Família de Lages, que tem um pouco mais de sete anos (87 meses). A maioria das agências tem um pouco mais de cinco anos de existência.

Quadro 02: Instituições de Microcrédito em Santa Catarina – Dezembro 2005

Instituições	Existência (meses)	Município	Forma Jurídica
Casa do Empreendedor	55	Joinville	OSCIP
Acrevi	40	Jaraguá do Sul	OSCIP
Credivale	48	Blumenau	OSCIP
Blusol	27	Blumenau	OSCIP
Profomento	41	Brusque	OSCIP
Bancri	64	Itajaí	OSCIP
Banco do Empreendedor	73	Florianópolis	OSCIP
Crediconfiança	50	São José	OSCIP
Casa do Microcrédito	55	Tubarão	OSCIP
Credisol	71	Criciúma	OSCIP
Acredite	48	Rio do Sul	OSCIP
Planorte	68	Canoinhas	OSCIP
Banco da Família	87	Lages	OSCIP
Bapem	64	Caçador	OSCIP
Crecerto	55	Concórdia	OSCIP
Credioeste	73	Chapecó	OSCIP
Banco do Povo	*	Chapecó	OSCIP
Crediamai	13	Xanxerê	OSCIP
Extracredi	65	São Miguel do Oeste	OSCIP

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

Os dados do quadro 02, referentes à existência das agências, têm como base o mês de dezembro de 2005, esses dados representam as instituições dentro do programa Crédito de Confiança, as agências Blusol e Banco da Família (antigo Banco da Mulher) já existiam, mas foram posteriormente incorporadas ao programa do BADESC.

Todas as 19 instituições de microcrédito em Santa Catarina abrangem 95% dos 293 municípios catarinenses, e é importante informar que dependendo da agência, a mesma pode possuir terminais de atendimentos em determinadas cidades de sua abrangência. O quadro 02 está dividido por região, começando por Joinville e terminando em São Miguel d'Oeste, abrangendo as principais cidades, além de outras por influências dos terminais de

atendimento. Conforme BADESC (2005), no primeiro semestre de 2005 o programa Crédito de Confiança teve um crescimento na ordem de 52% referente ao valor aplicado, o número de operações cresceu 27%. O programa atende 293 municípios de Santa Catarina, através de postos avançados subordinados as 19 agências de microcrédito do Estado, que estão localizadas em 17 cidades catarinenses.

4.2.1 Características das Instituições de Microcrédito em Santa Catarina

Inicialmente o modelo predominante das instituições era de ONG, mas hoje todas são OSCIP (conforme quadro 02), podendo praticar taxas de juros livres, mas sem fins lucrativos, isso se enquadra num novo modelo de instituição auto-sustentável, no qual as instituições podem e devem gerar suas próprias receitas, não dependendo de nenhum outro órgão para dar subsídios as suas despesas.

Os dados abaixo têm como data base 31/12/2005 e representam 18 instituições¹⁴ de microcrédito em Santa Catarina.

Os valores negociados entre as agências e os usuários de microcrédito variam de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00, já quanto aos prazos de pagamento depende da agência solicitada. As taxas de juros dos empréstimos de microcrédito ficam em torno de 2,7 a 4,0% ao mês (BADESC, 2005).

Podemos observar que até o mês de dezembro de 2005, conforme tabela 05, os números de operações chegavam a 83.112, onde o Banco da Família de Lages era o que tinha o maior número de operações fechadas, cerca de 23.550 operações de microcrédito, seu volume chegava a 31.666.673 milhões de reais. As 18 agências de microcrédito totalizam um volume contratado no Estado no valor de 225.206.908 milhões de reais.

Tabela 05: Totais de Aplicações de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005

Nº de Operações	83.112
Total Contratado (R\$)	225.206.908,00

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

¹⁴ Não conseguimos dados sobre o Banco do Povo de Chapecó.

Fazendo uma análise mensal das operações das instituições de microcrédito em Santa Catarina, o Banco da Família também é a instituição com maior média de números de operações/mês (648), seu volume por mês representa 941.178 mil reais. Conforme tabela 06, as instituições de microcrédito em Santa Catarina totalizam uma média de 2.073 operações/mês, representando 6.166.454 milhões de reais em empréstimos de microcrédito por mês.

Tabela 06: Totais Mensais de Aplicações de Microcrédito em SC – Dezembro 2005

Nº de Operações Mensais	2.073
Total Contratado Mensal (R\$)	6.166.454,00

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

Podemos ver através do gráfico 01, um comparativo referente ao total de operações entre as agências de microcrédito do Estado, dando destaque para as agências de Florianópolis (Banco do Empreendedor), Criciúma (Credisol), Itajaí (Bancri), Caçador (Bapem), Joinville (Casa do Empreendedor) e Lages (Banco da Família), todas essas mantêm um saldo superior a 5000 operações desde suas inaugurações.

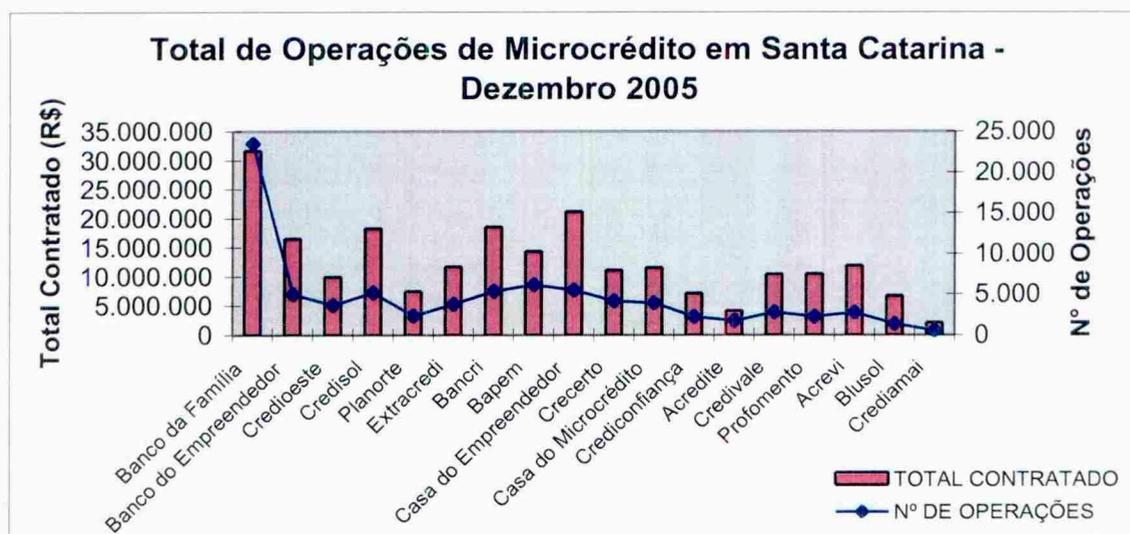


Gráfico 01: Total de Operações de Microcrédito em Santa Catarina – Dezembro 2005

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

O nível de operações das agências de microcrédito do Estado evoluiu, como vemos através do gráfico 02¹⁵ que representa a evolução das agências no período de 31/01/2004 à 31/12/2005. A grande maioria das agências aumentou o volume de operações em mais de 60%. Isoladamente as agências de Brusque (Profomento) e Jaraguá do Sul (Acrevi) tiveram crescimentos superiores a 200%. Fazendo uma análise do volume total de operações no Estado, o Programa apoiado pelo BADESC aumentou o volume de operações em cerca de 114% no período de 23 meses (31/01/2004 à 31/12/2005), como nos mostra a tabela 07.

O gráfico 02 também nos mostra a evolução do número de operações, que cresceram um total 111% conforme tabela 07.

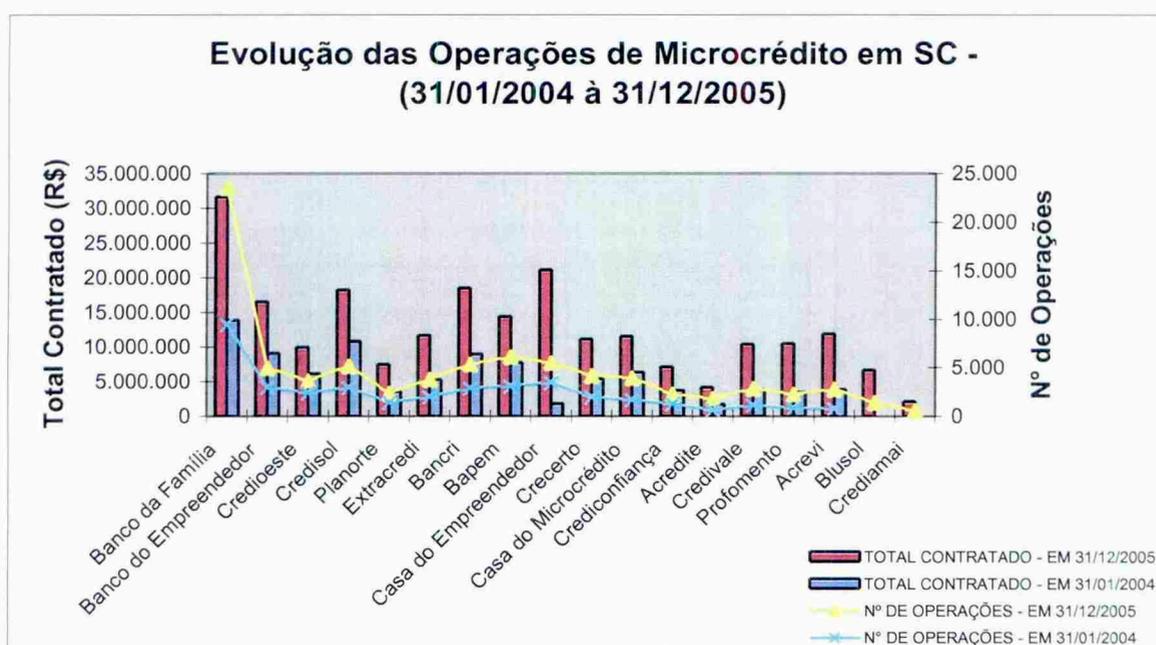


Gráfico 02: Evolução das Operações de Microcrédito SC – 31/01/2004 à 31/12/2005

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

Temos um comparativo entre dois períodos na tabela 07. Podemos ver o crescimento do total contratado, que cresceu 114% em 23 meses, chegando em dezembro de 2005 a 225.206.908 milhões de reais. Os números de operações cresceram 111%, ou seja, 43.643 operações em 23 meses.

¹⁵ Não existem dados publicados até 31/01/2004 para as agências Blusol e Crediamai. A agência Blusol estava há apenas um mês no programa e a agência Crediamai veio a ser criada meses mais tarde.

Tabela 07: Evolução das Operações de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2005

	Total Contratado (R\$)	$\Delta\%$ do Total Contratado	Nº de Operações	$\Delta\%$ do Nº de Operações
Em 31/01/2004	105.443.481	-	39.469	-
Em 31/12/2005	225.206.908	114	83.112	111

Fonte: Elaborado pelo autor

As instituições de microcrédito no Estado mantiveram até o mês de dezembro de 2005 um total de 20.778 mil clientes ativos por mês em suas carteiras, o que representa a demanda mensal das instituições. Conforme relato de um Consultor do SEBRAE/SC estima-se que a demanda potencial chegue a 130.000 mil clientes no Estado.

O número de clientes ativos no mês de dezembro de 2005 das agências de microcrédito do Estado está representado no gráfico 03, as agências que ganham destaque são o Banco da Família de Lages, a Credisol de Criciúma, a Casa do Empreendedor de Joinville e a Crecerto de Concórdia, que mantém um número superior a 1.550 clientes ativos mensalmente. Quase todas as outras agências mantêm um quadro com um número inferior a mil clientes ativos mensais em suas carteiras, mas nem por isso mantêm um número inferior de operações, como por exemplo, a Acredite de Rio do Sul, que tem em sua carteira 491 clientes ativos, onde sua média de operações mensais (103) é superior ao número de operações mensais da Casa do Empreendedor de Joinville (72).

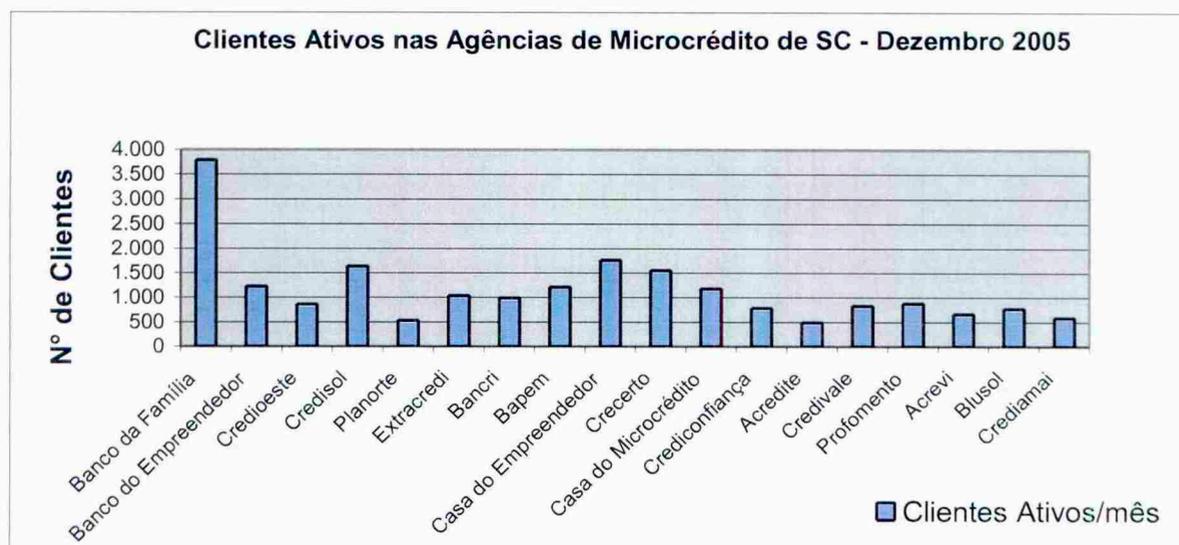


Gráfico 03: Clientes Ativos nas Agências de Microcrédito de SC – Dezembro 2005

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

De janeiro de 2000 a dezembro de 2005 já foram demandados mais de 200 milhões de reais, sendo 100% desses recursos públicos concedidos pelo BADESC.

Com base em dados fornecidos pelo BADESC (2006), seu programa de microcrédito já contribuiu para a geração de 20.330 mil empregos no Estado, sejam diretos ou indiretos. É importante lembrar que todas as instituições atendem tanto o setor formal quanto o informal da economia, e suas características não se aтем somente ao modelo empresarial, algumas das instituições se destinam à população de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional, podemos dizer que há uma mescla entre o modelo empresarial e o modelo original desenvolvido por Yunus.

As cidades que mais se beneficiaram com o microcrédito para a geração de empregos foram, São Miguel d'Oeste, Canoinhas, Criciúma, Caçador, Blumenau e a cidade de Lages, essa última destaca-se novamente com o Banco da Família gerando um total de 7.175 mil empregos até dezembro de 2005. Podemos ver o desempenho dessas agências de microcrédito na tabela 08.

Tabela 08: Empregos Gerados por Algumas Agências de SC – Dezembro 2005

Banco da Família Lages	Credisol Criciúma	Planorte Canoinhas	Extracredi São Miguel d'Oeste	Bapem Caçador	Credivale Blumenau
7.175	1.047	1.198	1.184	1.628	1.417

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

É importante observar a abrangência do microcrédito, ele como política de geração de emprego e renda tem que estar presente nas regiões menos desenvolvidas do Estado. Agências do meio oeste como o Banco da Família de Lages e Extracredi de São Miguel d'Oeste geraram juntas mais de 8.300 empregos, diminuindo os números do desemprego e melhorando a qualidade de vida da população atendida.

Tabela 09: Total de Empregos Gerados pelo Microcrédito em SC – Dezembro 2005

Nº de Empregos Existentes	123.906
Nº de Empregos Gerados	20.330

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

O total de empregos gerados no Estado está registrado até o final de dezembro de 2005 em 20.330, o que representa um aumento de 16% do total de empregos existente nas empresas solicitantes de microcrédito, sendo os empregos existentes cerca de 123.906 mil.

Em Santa Catarina temos três principais setores, como podemos ver os dados apresentados no gráfico 04, o setor da economia que tem uma maior demanda de microcrédito é o setor de serviços, que representa 43% dos totais de empréstimo, esse setor se caracteriza pela atividade de prestação de serviços, como exemplo de salões de beleza, empresas de mão de obra especializadas, locadoras e etc. Em segundo o setor de comércio com 32% dos totais de empréstimos, esse setor pode ser representados por bares, lojas de artesanato, pessoas vendendo produtos como ambulantes e etc. Em comparação aos setores de serviços e comércio, o setor de produção é o que tem a menor representatividade nos empréstimos de microcrédito, 16%, não só no total, mas em todas as agências de microcrédito do Estado. Esse setor decresceu 4% em 23 meses, como podemos ver através do gráfico 05. O setor de produção pode demandar um volume maior de crédito, não se enquadrando no nível de crédito praticado pelo microcrédito.

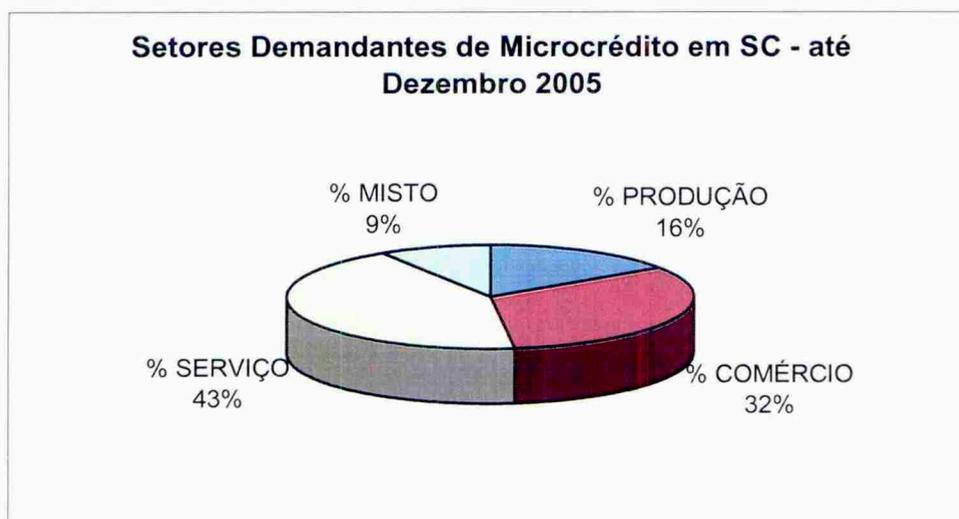


Gráfico 04: Setores Demandantes de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005
Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

Como o setor de produção, os setores de comércio e serviço reduziram os seus percentuais demandantes de microcrédito. O setor de serviço teve pouca variação, reduzindo apenas 0,3% em 23 meses, já o setor de comércio foi o que teve a maior redução, 5,7% em 23 meses (gráfico 05). O setor descrito como misto, cresceu até dezembro de 2005

8%, o que nos revela uma tendência nos empréstimos de microcrédito no Estado, revelando que as empresas estão demandando mais de um tipo de empréstimos.

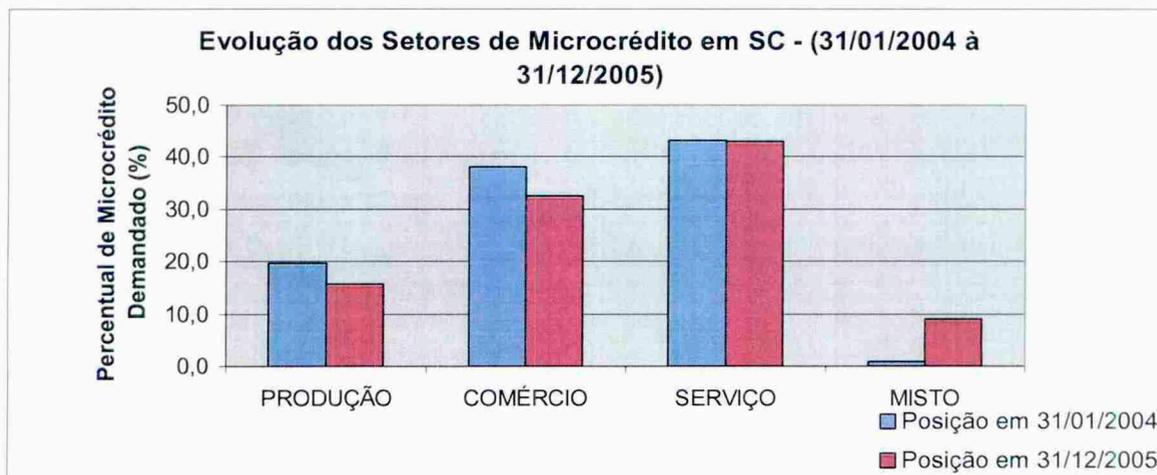


Gráfico 05: Evolução dos Setores de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2004

Fonte: Elaborado pelo autor.

O setor descrito como misto representa as solicitações de empréstimos destinadas não somente a um setor específico, mas sim a vários setores, como por exemplo, produção e comércio. Esse setor está crescendo, em 31/01/2004 esse setor não representava 1% (gráfico 05) dos empréstimos de microcrédito, chegando no final de dezembro de 2005 a representar 9% (gráfico 04) dos empréstimos de microcrédito no Estado.

Cada uma das 19 instituições de microcrédito no Estado possui um conselho administrativo, com membros permanentes e outros que são substituídos, esse conselho pode contar com representantes do SEBRAE, BADESC, Federação do Clube de Diretores Lojistas, bem como pessoas da comunidade, como exemplo pessoas representantes das associações de moradores da região. Para que o quesito auto-sustentabilidade não prejudique a intenção principal do programa de microcrédito no Estado, foi concluído que é preciso fortalecer as auditorias feitas nas instituições, para que se evite um excesso de independência que prejudique a visão do programa, nunca se desvincilhando da capacidade adquirida de se trabalhar com as diversas realidades regionais.

Os recursos desse programa em Santa Catarina são oferecidos exclusivamente pelo BADESC, mas já se prevê um acordo de parceria com o BNDES e com o Banco Mundial. Já existe um fundo de aval, que garante as operações do BADESC com as OSCIP, esse aval

não está à disposição dos tomadores, ele serve para atender as exigências do BACEN que determinou o provisionamento desses recursos pelo BADESC (BADESC, 2006).

A figura 01 descreve a relação entre fontes de recursos, agências de microcrédito no Estado e usuários de microcrédito. A totalidade dos recursos é concedida pelo BADESC às agências de microcrédito do Estado, pode existir alguma outra fonte de recurso, mas não foi informada.

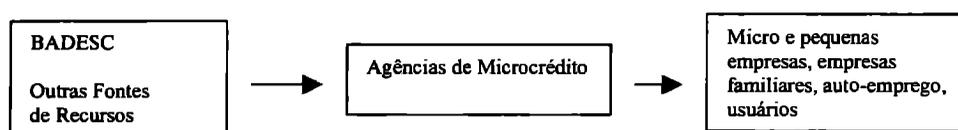


Figura 01: Fontes de Recursos de Microcrédito em SC – Dezembro 2005
Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.2 Características dos usuários de Microcrédito em Santa Catarina

No Estado observamos uma mescla entre gêneros de usuários de microcrédito, o gráfico 06 nos revela o gênero dos usuários de microcrédito no Estado.

Conforme o mesmo, o percentual masculino é de 59% dos usuários demandantes de microcrédito no Estado. As únicas cidades onde esse percentual é maior para as mulheres são em Tubarão (Casa do Microcrédito), em São José (Crediconfiança) e em Xanxerê (Crediamai), conforme tabela 10. Na agência Crediconfiança o percentual é de 76,15%, o maior entre as agências de microcrédito do Estado. As agências, Casa do Microcrédito têm 58,02% de usuários femininos e a Crediamai tem 54,67%. Entre as outras agências, o índice masculino é superior ao feminino. Em seis agências o índice fica em torno de 50 a 59,9%, e em nove agências o índice é superior a 60%.

Tabela 10: % de Usuários Femininos em Algumas Agências em SC – Em 31/12/2005

	Casa do Microcrédito (Tubarão)	Crediconfiança (São José)	Crediamai (Xanxerê)
% Feminino	58,02	76,15	54,67

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor

No total, o gênero feminino representa 41% (gráfico 06), ou seja, quase a metade dos usuários. Isso nos revela o potencial das mulheres em obterem empréstimos, e melhor dizendo, seus potenciais para abrir, gerenciar e fazer com que os seus negócios não acabem. Sabemos que ainda existe uma rivalidade entre homens e mulheres, por isso essa diferença de 9%, mas não é o fato de haver uma diferença, e sim todos os meses essa diferença persistir. As agências de microcrédito do Estado deveriam ter programas desenvolvidos para estimular os empréstimos do gênero feminino, quem sabe com isso ajudaria as mulheres a investirem em suas idéias para abrirem seus negócios.



Gráfico 06: Gênero dos Usuários de Microcrédito em SC – Dezembro 2005
Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

Essas características se diferem do modelo original desenvolvido por Yunus em Bangladesh, onde no referido modelo a prioridade do microcrédito era preferencialmente para mulheres (Yunus 2001). Mas não se pode ignorar a participação das mulheres, elas representam hoje, quase a metade dos usuários de microcrédito, mostrando uma tendência de elevação de seus usuários, conforme tabela 10.

Existe uma evolução dos usuários do sexo feminino referente à obtenção de empréstimos de microcrédito no Estado, como nos mostra a tabela 11, em 31/01/2004 esses usuários representavam 37,2 % dos totais de empréstimos, aumentando para 41,1% em 31/12/2005.

Tabela 11: Evolução dos Usuários de Microcrédito em SC – 31/01/2004 à 31/12/2005

	% Masculino	% Feminino
Em 31/01/2004	62,8	37,2
Em 31/12/2005	58,7	41,1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à forma de utilização dos recursos obtidos pelas empresas, constata-se que a maior parte dos empréstimos é para financiamento de capital de giro, conforme podemos ver no gráfico 07, esses números são de 42% dos empréstimos, esse capital serve para financiar as necessidades diárias da empresa, como pagamento de fornecedores, energia elétrica, aluguel e etc. O capital para investimentos (fixo) representa 39% dos empréstimos, esses investimentos podem ser para aprimoramento ou ampliação das instalações das micros e pequenas empresas.

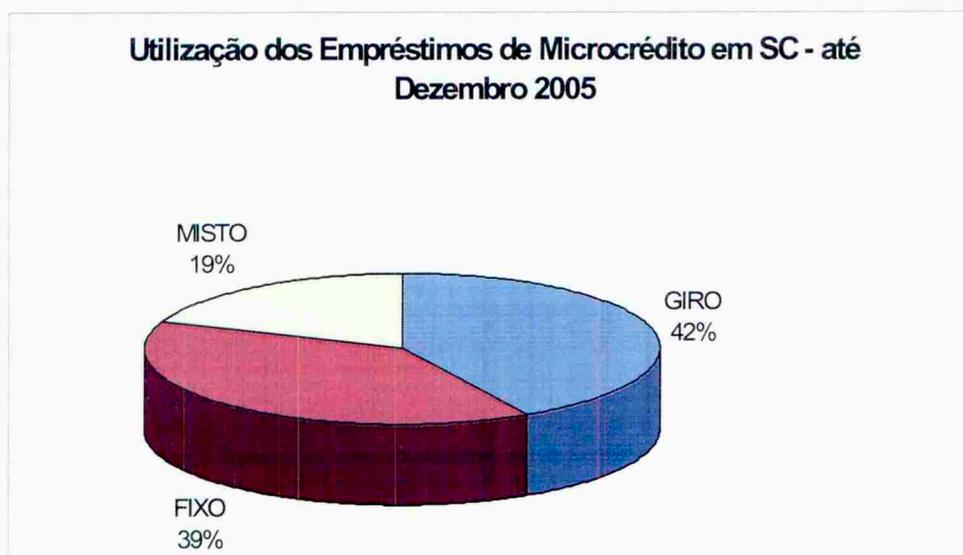


Gráfico 07: Utilização dos Empréstimos de Microcrédito em SC – até Dezembro 2005

Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

As empresas também podem financiar ao mesmo tempo, capital de giro e fixo, isso está representado no gráfico 07 como misto, que tem uma representatividade de 19% do total de utilização dos recursos demandados. O usuário que obtém esse tipo de empréstimo o usará tanto para um investimento fixo em seu negócio (como a compra de algum equipamento ou ampliação de suas instalações), como para capital de giro (para o pagamento de fornecedores, contas de energias atrasadas e etc).

O microcrédito por ser diferente das formas tradicionais de oferta de crédito tem um índice de inadimplência considerado baixo (gráfico 08), na média de 4,97% num total, esses dados de inadimplência se dão com valores vencidos em 30/11/2005.

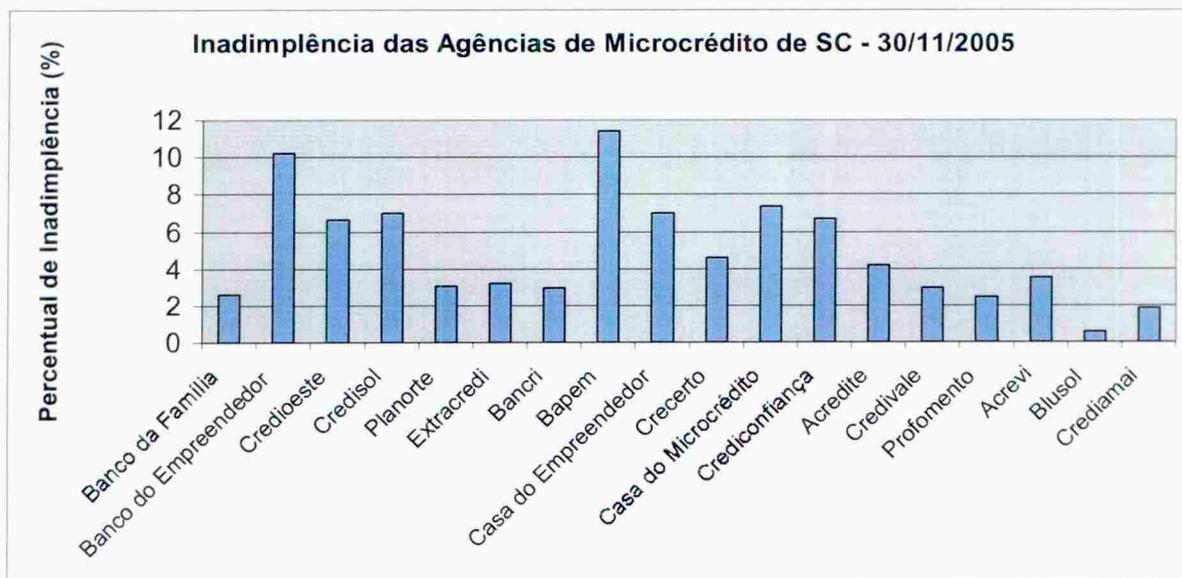


Gráfico 08: Inadimplência das Agências de Microcrédito em SC – 30/11/2005
Fonte: BADESC (2006). Elaborado pelo autor.

Das 18 instituições que possuímos dados, 11 instituições possuem índices de inadimplência a baixo de 5%, onde a Blusol de Blumenau tem o menor índice de todas as instituições, ficando em 0,57%, cinco instituições ficam entre 5% e 10% de inadimplência e outras duas tem índices acima de 10%, sendo a instituição Bapem de Caçador a que tem o maior índice de inadimplência (11,37%). Os valores vencidos são de 2.254.498 milhões de reais que representam do total contratado 0,98%, e sua porcentagem sobre o saldo das aplicações fica em 4,74%. Os valores sobre os índices de inadimplência das agências de microcrédito do Estado estão apresentados no gráfico 08.

Caçador é uma cidade que tem na agricultura sua atividade principal, a agência Bapem é a sexta maior agência em total contratado (R\$ 14.386.472) e a segunda em números de operações (6.160), ter o maior índice de inadimplência pode estar ligado a principal atividade produtiva que pode estar passando por dificuldades. Os valores de inadimplência representam 2,22% do total contratado da agência.

As agências de microcrédito do Estado contam com vários exemplos bem sucedidos de empréstimos de microcrédito. Revelando um papel social das agências, diferenciando um pouco do modelo empresarial, também feito pelas agências, esse papel de inclusão social que possibilita o microcrédito se torna importante para o universo de famílias carentes de baixa renda, que através desses empréstimos de microcrédito podem melhorar um pouco as suas rendas, não chegando à geração de empregos, mas melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda.

A agência Credisol de Criciúma entrou em contato por solicitação de uma possível usuária de microcrédito para que o agente de microcrédito avaliasse sua real possibilidade de conseguir um empréstimo. Seus rendimentos eram cerca de R\$ 175,00 que recebia por trabalhar como faxineira e R\$ 600,00 de seu marido que recebia como vigia noturno. A possível usuária queria comprar uma carroça e um cavalo, vendo que com isso seus ganhos como catadora de papelão, plástico e latas para revender aumentariam. Nesse caso, como vários outros tiveram que passar por um comitê na agência de microcrédito (por ter um risco acima da média). Nesse comitê a viabilidade de fazer o empréstimo é analisada não só por uma pessoa, mas sim por várias. O agente de crédito deu a notícia para a usuária de que ela tinha conseguido um empréstimo de R\$ 800,00, com pagamentos em 24 meses. A renda da usuária passou para R\$ 600,00, fazendo com que ela até fizesse melhorias em sua residência.

Um outro exemplo aconteceu em São Miguel d'Oeste, uma mulher que tinha aprendido quando criança a tecer crochê, tivesse que voltar a tecer para ajudar a renda de sua casa. Primeiramente ela vendia de porta em porta, até que um cliente seu, a informasse da Extracredi de São Miguel d'Oeste. Seu primeiro passo foi o de arrumar um avalista para que conseguisse o seu primeiro empréstimo de R\$ 1.500,00 para que pudesse abrir um pequeno negócio no porão de sua casa. Após pagar esse empréstimo, a nova usuária de microcrédito sentiu a necessidade de trabalhar em um local maior, para que suas mercadorias fossem melhores expostas e seus clientes pudessem ser melhores atendidos, fez com isso um novo empréstimo de R\$ 1.000,00 que antes mesmo de ser completamente pago, foi feito um novo empréstimo de R\$ 2.500,00 para compras de estoques para seus produtos. Esse foi um caso de sucesso da Extracredi que ganhou o prêmio Talento Empreendedor 2002.

Cada agência possui casos de sucesso e insucesso, os casos de sucesso são os mais comuns, como podemos ver pelos índices de inadimplência, mas esses índices revelam que existem problemas, pelas empresas ou usuários de microcrédito. Eles têm que contar além das instruções dadas pelos agentes de microcrédito, como a própria sorte do mercado em que estão atuando, bem como a forma que gerenciam seus negócios. Um mau gerenciamento é um passo certo para o fracasso da micro e pequena empresa. O micro e pequeno empresário tem que estar à frente de tudo, tem que saber todos os passos de sua empresa e saber guiá-la sempre para frente, independente do local que ela está indo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do estudo foi analisar as características e relevância do microcrédito em Santa Catarina, fazendo um apanhado geral do programa.

Conforme descrito, o papel e desempenho das IFD estão em evidência até os dias de hoje, como foi possível concluir através do programa de microcrédito organizado e orientado pelo BADESC em Santa Catarina. O programa “Crédito de Confiança” atua nas duas pontas do microcrédito, ou seja, no modelo empresarial e no modelo original, que tem o caráter social, de inclusão social para a população de baixa renda. É importante salientar que o BADESC é totalmente responsável pelo programa “Crédito de Confiança”, ele define e implanta todas as direções do programa para as 19 agências do Estado.

Entende-se que para tratar da exclusão social, seguindo as premissas do modelo original, o microcrédito torna-se uma política ativa de geração de emprego e renda, diferente do modelo empresarial que é tido como uma política passiva de financiamento. Em Santa Catarina até o final de dezembro de 2005, o programa orientado pelo BADESC, já concretizou mais de 20 mil empregos, formais ou informais. Podemos dar uma ênfase para a região de Lages, com a agência Banco da Família que gerou mais de sete mil empregos. Outro destaque é a agência Bapem, localizada em Caçador, que gerou mais de 1.600 empregos, entre outras agências.

O rótulo original segue uma tendência do modelo de microcrédito desenvolvido por Yunus em Bangladesh, mas é importante informar que esse modelo original não segue todo o enfoque do Grameen. Esse rótulo foi colocado por ofertar crédito a pessoas realmente carentes, servindo para a geração de renda. O modelo do Yunus tem como ênfase atender os 25% mais pobres e a prioridade de oferta de crédito é para as mulheres, diferente do modelo original.

Verifica-se que o microcrédito em Santa Catarina atende hoje 95% de todo o Estado, que além das 19 agências que estão em 17 cidades, conta com postos avançados espalhados por diversos municípios do Estado. Todas as agências do Estado são OSCIP, inicialmente eram ONG, podendo agora praticar juros livres, representando uma busca pela auto-sustentabilidade, não dependendo de subsídios para cobrirem suas despesas. Os

valores negociados variam entre R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00, que representam valores tanto para o modelo empresarial quanto para o modelo original.

Percebemos entre as agências formas diferentes de empréstimos de microcrédito, umas só fazem financiamento para empresas já constituídas, outras fogem dessa regra, abrindo o financiamento para todo o público, empresarial ou não. Uma outra diferença entre as agências são as formas de pagamento, que variam a quantidade de meses e o período de carência oferecido para os usuários.

Chegou-se a conclusão que o programa de microcrédito no Estado está elevando o seu desempenho a cada período. Verificando o total contratado, mais de 225 milhões de recursos emprestados, fechando com isso até o final de 2005, um total de 83.112 mil operações. O programa cresceu cerca de 114% em 23 meses, conforme dados descritos, e o número de operações cresceu 111% no mesmo período. Isso nos revela o potencial de crescimento do programa, que em menos de dois anos elevou o seu crescimento em mais de 100%, revelando com isso uma expressiva demanda que ainda não foi totalmente atendida.

Atualmente na literatura fala-se em auto-sustentabilidade das agências de microcrédito, para isso deve-se atingir níveis de economia de escala frente aos números de operações fechadas, ou seja, cada agência deverá ter uma quantidade mínima de operações para que seus custos sejam cobertos. Vemos em Santa Catarina que no mês de dezembro de 2005, as agências totalizaram 2.073 operações, com um número superior a 20 mil clientes ativos em suas carteiras. Separadamente existem agências com números baixos de operações e clientes, o que certamente acarreta no não alcance da auto-sustentabilidade. Isso faz com que elas tenham que pedir recursos para fecharem o mês, onde esses recursos são feitos para o BADESC, que é o financiador e organizador do programa.

Podemos dizer que o subsídio para uma agência de microcrédito se torna praticamente uma necessidade nos primeiros anos de vida, ele se torna necessário para cobrir os custos iniciais da abertura. Cada agência precisa de um planejamento econômico eficiente, com metas, para que ela consiga crescer e não depender mais dos subsídios, onde isso só acontecerá quando ela atingir as devidas economias de escala.

Sobre as taxas de juros praticadas, a literatura aponta para uma equiparação com as taxas de mercado. Atualmente as taxas estão entre 2,7% e 4,0% ao mês, não existindo subsídios. É importante levantar que a variação dessas taxas depende da fonte de captação

de recursos. O BADESC capta seus recursos do Governo Federal, e está fechando um acordo para pegar recursos com o BNDES. Caso alguma agência capte recursos em alguma fonte diferente do BADESC, como por exemplo, o setor privado, certamente ela teria que alterar a taxa cobrada. Em uma análise geral sobre as taxas de juros, elas muitas vezes podem estar acima das taxas praticadas no mercado, devido à necessidade de cobertura dos custos das agências. Isso devido aos custos de monitoramento de crédito e de toda a forma diferenciada de operacionalização.

Por fim, o microcrédito é uma realidade para aqueles excluídos do sistema tradicional de crédito, que agora podem recorrer as agências que estão dispostas a analisar a necessidade de crédito de cada possível usuário. Só que ainda existe uma distância entre esses futuros usuários que representam a demanda potencial e as agências. Deveria existir uma maior divulgação desse programa de microcrédito, com propagandas e eventos, bem como uma maior preparação dos agentes de crédito em ofertar e procurar pessoas necessitadas de crédito.

REFERÊNCIAS

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BADESC). **Portal do Microcrédito**. Disponível em: <http://www.badesc.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2005.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (BADESC). **Portal do Microcrédito**. Disponível em: <http://www.badesc.gov.br>. Acesso em 15 fev. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Democratização do Crédito no Brasil – Principais Desafios – Atuação do Banco Central**. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 15 set. 2005.

BARCELOS, Ana Paula. **Economia Popular e Solidária – em poucas palavras**. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon>. Acesso em: 30 nov. 2005.

BARONE, Francisco Marcelo. **Introdução ao Microcrédito**. 1ª Ed. Conselho da Comunidade Solidária. Brasília, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O clico ideológico do desenvolvimentismo**. 1ª Ed. Ipea/Inpes. Rio de Janeiro, 1988.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (BNDES). **Microcrédito**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2005.

COSTA, Maria Alice. **Financiamento do Desenvolvimento – Políticas de Financiamento de Longo Prazo, Funding e Formatação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento**. 1ª Ed. ABDE. Rio de Janeiro, 1994.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G. **Redirecionando as Políticas de Emprego: A vez do Microcrédito**. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon>. Acesso em: 30 nov. 2005.

HERMANN, Jennifer. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renault (Org.). **Novo Desenvolvimento – Um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Social. 1ª Ed. Manole. Barueri – SP, 2005.

MACHADO, Tânia. **Série Primeiros Rumos: Um Guia do Microcrédito – Guia de Montagem: Caminhos para montagem de uma Instituição de Microfinanças**. 1ª Ed. MTE. Brasília, 2001.

MEZZERA, Jaime. **Microcrédito no Brasil**: dados nacionais e reflexões que vêm de vinte anos de experiência. Revista da ABET, v II, nº 2, p. 03-13, jul/dez. 2002.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 5ª Ed. Ed. Atlas. São Paulo, 2003.

SABOIA, João. Mercado de Trabalho no Brasil: fatos e alternativas. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renault (Org.). **Novo Desenvolvimento** – Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Social. 1ª Ed. Manole. Barueri – SP, 2005.

SACHET, Celestino. WATERKEMPER, Margaret. SACHET, Sérgio. **A Vitória do Crédito de Confiança**: o microcrédito em Santa Catarina. 1ª Ed. BADESC. Florianópolis, 2001.

SALM, Cláudio. Estagnação Econômica, Desemprego e Exclusão Social. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renault (Org.). **Novo Desenvolvimento** – Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Social. 1ª Ed. Manole. Barueri – SP, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **Evolução da Economia Brasileira (1994 – 2004)**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 25 out. 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. 4ª Ed. Ática. São Paulo, 2001.

ANEXOS

Questionário aplicado aos gerentes das Instituições de Microcrédito em Santa Catarina.

01 – Qual o nome da instituição?

02 – Há quanto tempo à instituição existe no mercado?

- 0 à 1 ano
- 1 ano à 3 anos
- 3 anos à 5 anos
- mais de 5 anos

03 – Atende só o setor empresarial?

- Sim
- Não

04 – Que tipo de setor atende?

- Formal
- Informal
- Ambos

05 – Existem dois tipos de microcrédito, o empresarial voltado às empresas e o chamado modelo original, que se destina à população de baixa renda. Quais desses modelos à instituição atende?

- Modelo Empresarial
- Modelo Original
- Ambos

06 – Tipos de fontes de Recursos?

- Público
 - Privado
 - Outros Se outros, quais?
-
-
-

07 – Utilizam taxas de juros subsidiadas?

- Sim
- Não

08 – Qual a média de taxa de juros utilizadas nos empréstimos de microcrédito?

09 – Quais prazos utilizados para o pagamento dos empréstimos de microcrédito?

Diário

Mensal

Anual

Outros Se outros, quais?

10 – Atendem empresas que ainda não iniciaram suas atividades?

Sim

Não

11 – Prestam assistência técnica as empresas que tomam empréstimos?

Sim

Não

12 – Qual o valor máximo e mínimo de empréstimos de microcrédito?

- valor máximo: _____

- valor mínimo : _____

13 – Quais os valores mais financiados em reais?

até R\$ 200,00

de R\$ 201,00 até R\$ 500,00

de R\$ 501,00 até R\$1000,00

de R\$ 1001,00 até R\$3000,00

acima de R\$ 3001,00

14 – Quais as modalidades de empréstimos feitos as empresas?

Capital Fixo

Capital de Giro

Misto

15 – São exigidas garantias reais, como exemplos carros, terrenos e etc?

Sim

Não

Também

16 – Quanto à inadimplência?

Alta

Média

Baixa

17 – Saberá dizer a porcentagem? Se sim quanto seria?

18 – Quantos e qual o volume de empréstimos de microcrédito foram efetuados até o momento?
